



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LUCAS TOBIAS TRINTIM

**AUTOCONHECIMENTO E AGÊNCIAS CONTROLADORAS:**

uma investigação da influência do ambiente social sobre o  
conhecimento de si mesmo

---

Londrina  
2024

LUCAS TOBIAS TRINTIM

**AUTOCONHECIMENTO E AGÊNCIAS CONTROLADORAS:**

uma investigação da influência do ambiente social sobre o  
conhecimento de si mesmo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Bracarense Filgueiras

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L933a Trintim, Lucas Tobias.  
Autoconhecimento e agências controladoras : uma investigação da influência do ambiente social sobre o conhecimento de si mesmo / Lucas Tobias Trintim. - Londrina, 2024.  
125 f.

Orientador: Guilherme Bracarense Filgueiras.  
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. Autoconhecimento - Tese. 2. Agências controladoras - Tese. 3. Ambiente social - Tese. 4. Comportamento social - Tese. I. Filgueiras, Guilherme Bracarense . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

LUCAS TOBIAS TRINTIM

**AUTOCONHECIMENTO E AGÊNCIAS CONTROLADORAS:**

uma investigação da influência do ambiente social sobre o  
conhecimento de si mesmo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Bracarense  
Filgueiras  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Laurenti  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Alexandre Dittrich  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 07 de fevereiro de 2024

## AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento certamente direciono aos meus pais Luci Tobias e Osvaldo Trintim. Sem eles, nada do que fiz e ainda farei em minha vida seria possível. Sou muito grato por todo o incentivo e apoio incondicional na minha vida escolar, universitária, profissional e artística.

Ao meu orientador Guilherme Bracarense Filgueiras sou grato pelo apoio e entusiasmo que mostrou desde o início em me acompanhar nessa trajetória. Guilherme depositou em mim e no meu tema uma confiança que eu mesmo desconfiava. Ele é um professor que faz algo raro: elogiar. Isso faz toda a diferença. Agora, no final do processo, vejo como é bom ter aprendido um pouco mais sobre ciência, pesquisa, Análise do Comportamento, Psicologia e, claro autoconhecimento e agências controladoras. Guilherme foi crucial nesses aprendizados.

Meu próximo agradecimento vai para outra pessoa muito decisiva no andamento desta pesquisa. Após um bom tempo sendo colega de graduação, no mestrado me aproximei de Renan Kois Guimarães. Pude reconhecer nele um pesquisador de dar inspiração, sem limites para a curiosidade, para reflexões de todos os tipos e pelo constante debate saudável. Renan contribuiu muito com ideias para essa pesquisa e me deu bastante esperança em momentos de encurralada. Sou grato pela sua prontidão e dedicação que teve em todas as conversas comigo, por suas leituras e comentários em meus textos. Isso tudo foi também essencial na clareza do caminho que eu estava seguindo.

Um agradecimento especial também a Carolina Laurenti e Alexandre Dittrich, ambos membros da banca de qualificação e de defesa, que deram muito fôlego a este trabalho. Os direcionamentos, correções e sugestões desses dois professores e pesquisadores criaram forma a esta pesquisa e abriram novas portas para próximas. Carolina Laurenti foi minha primeira orientadora de pesquisa, e foi quem me ensinou as primeiras habilidades de pesquisa, de escrita

e de estudo. Anos após essa minha importante iniciação, tenho novamente o prazer de ouvir suas contribuições. Alexandre Dittrich foi outro importante nome que conheci na minha trajetória e também se tornou uma das minhas referências em formas de se pensar Pesquisa, Psicologia e Análise do Comportamento.

Na sequência trago meus dois amigos Débora de Nez de Melo e Heitor Vicente da Silveira. Estar com eles sempre foi tão especial que é até difícil selecionar experiências para mencionar aqui nesses agradecimentos. Ainda correndo o risco de cair em um grande clichê, vou dizer que esses dois são uma das partes fundamentais daquela “família que escolhemos”. Heitor e Débora me ajudaram muito, desde a decisão pelo mestrado, a elaboração do projeto e a pesquisa final. Além de toda ajuda técnica e teórica, a contribuição principal foi, simplesmente, a presença desses dois nos momentos mais importantes e nos mais despreziosos da minha vida. Cada encontro com eles é como um reabastecimento. Nesse trabalho, há também um pouco das mãos de Débora e Heitor.

Ainda na “família que escolhemos”, é indispensável citar os nomes daqueles que me conhecem desde quando meu repertório de autoconhecimento estava começando a ser desenvolvido. Andrew Mateus Rozada, Lucas Francisco dos Santos e Mateus Moraz são meus amigos de infância com os quais também pude ter muitas trocas durante essa trajetória. Três pesquisadores e profissionais exemplares em suas áreas, que sempre admirei, e personalidades que me alegram em estar perto.

Sinto-me também de coração cheio ao citar nomes de pessoas que conheci nesse mestrado e que, de alguma forma, ficarão para sempre em minha vida, apesar da distância. Agradeço a todos da minha turma de mestrado, mas em especial Amanda Viana dos Santos, Andressa Ferrari e Carol Barros. Ter conhecido essas três pessoas admiráveis fez esses dois anos serem ainda mais ricos. Sou muito grato por terem me proporcionado moradia, conversas, humor, descanso, diversão, conexão, e, sobretudo, amor e amizade.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual de Londrina e seu programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, bem como à CAPES, pelo financiamento de parte da pesquisa.

A gente sempre deve sair à rua como quem  
foge de casa,  
Como se estivessem abertos diante de nós  
todos os caminhos do mundo.  
Não importa que os compromissos, as  
obrigações, estejam ali...  
Chegamos de muito longe, de alma aberta e  
o coração cantando!

Mario Quintana  
*A Cor do Invisível* (1989)



TRINTIM, Lucas Tobias. **Autoconhecimento e agências controladoras**: uma investigação da influência do ambiente social sobre o conhecimento de si mesmo. 2024. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

## RESUMO

O autoconhecimento pode ser compreendido como um repertório verbal de descrição de respostas públicas e/ou privadas do indivíduo, bem como das variáveis que controlam essas respostas. Enquanto um repertório verbal, o autoconhecimento é desenvolvido nas relações sociais e tem grande utilidade para o indivíduo e a comunidade. A principal utilidade é que o autoconhecimento se configura como precursor de outros comportamentos, como o autocontrole. Por serem amplas as possibilidades de controle social, diferentes tipos de autoconhecimento podem ser selecionados na relação do indivíduo com seu ambiente. As agências controladoras se configuram como segmentos importantes desse ambiente social, portanto, questiona-se de que modo sua atuação impacta especificamente o repertório de autoconhecimento dos indivíduos. Para responder essa questão, foi proposta uma pesquisa de natureza bibliográfica do tipo integrativa, que buscou investigar como uma amostra da literatura analítico-comportamental tem abordado a relação entre autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências de controle. Foram acessados todos os artigos de periódicos especializados em Análise do Comportamento ainda em atividade que publicam em Português. Todos aqueles artigos que traziam em seu corpo textual menções simultâneas ao autoconhecimento e às agências controladoras foram inicialmente selecionados para análise. Nenhum material que apresentasse uma relação direta entre autoconhecimento e agências controladoras foi encontrado. No entanto, a literatura analisada apresentou subsídios teóricos e fragmentos discursivos que permitiram a elaboração de uma análise sobre esses dois conceitos. Em relação ao autoconhecimento, avaliou-se que tal conceito foi apresentado de maneira coerente com a proposta skinneriana e foi evidenciado o papel do ambiente no desenvolvimento deste comportamento. Fundamentado nos diferentes enfoques que foram dados ao termo, cinco tipos de autoconhecimento foram propostos: autoconhecimento deficiente; autoconhecimento das condições corporais; autoconhecimento das variáveis culturais; autoconhecimento das regras e autorreglas e autoconhecimento do controle coercitivo. Em relação às agências controladoras, o material analisado reconhece-as como importantes segmentos do ambiente social que influenciam o repertório comportamental dos indivíduos. Maiores detalhes foram

apresentados sobre a agência educacional familiar, indústria biomédica e psicoterapia. Em relação a essa última, foi enfatizado o seu papel político, já que a atuação da psicoterapia pode ter fins diversos, como a manutenção da própria agência e não necessariamente o benefício do indivíduo. A prática psicoterápica embasada em análise funcional foi indicada como uma alternativa que permite que essa agência promova mais benefícios ao indivíduo. Essa forma de atuação, por sua vez, favorece o desenvolvimento de alguns tipos específicos de autoconhecimento que estão mais próximos ao autocontrole e ao contracontrole. Além disso, foi apontado que o uso de práticas coercitivas e o controle punitivo das agências pode favorecer formas de autoconhecimento que ocultam o reconhecimento de importantes variáveis que atuam sobre o comportamento e não favorecem repertórios de autocontrole e contracontrole.

**Palavras-chave:** Autoconhecimento; Agências Controladoras; Ambiente Social; Comportamento Social.

TRINTIM, Lucas Tobias. **Self-knowledge and controlling agencies:** An investigation of the influence of the social environment on the knowledge of oneself. 2024. 125 p. Master's thesis (Graduate Program in Behavior Analysis) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

## ABSTRACT

Self-knowledge can be understood as a describing verbal repertoire of public and/or private organism responses, as well as the variables controlling these responses. As a verbal repertoire, self-knowledge is developed within social relations and holds significant use for both the individual and the community. Its primary use lies in self-knowledge being characterized as a precursor to other behaviors, such as self-control. Due to the broad possibilities of social control, different types of self-knowledge can be selected in an individual's interaction with their environment. The controlling agencies constitute important parts of this social environment, prompting an inquiry into how their influence specifically impacts individuals' self-knowledge repertoire. To address this question, an integrative literature review was proposed, seeking to investigate how a sample of behavior analytic literature has approached the relation between self-knowledge and its development by controlling agencies. All articles included in active journals specialized in Behavior Analysis that publish in Portuguese were accessed, and articles that simultaneously addressed self-knowledge and controlling agencies were initially selected for analysis. No material directly linking self-knowledge and controlling agencies was found. However, the reviewed literature provided theoretical support and discursive fragments that allowed for an analysis of these two concepts. Concerning self-knowledge, it was evaluated that this concept was presented coherently with the Skinnerian proposal, emphasizing the role of the environment in its development. Based on the various perspectives given to the term, five types of self-knowledge were proposed: deficient self-knowledge, self-knowledge of bodily conditions, self-knowledge of cultural variables, self-knowledge of rules and self-rules, and self-knowledge of coercive control. Regarding controlling agencies, the analyzed material recognizes them as crucial parts of the social environment that influence individuals' behavioral repertoires. More detailed information was provided about the family educational agency, the biomedical industry, and psychotherapy. Concerning the latter, its political role was emphasized, as psychotherapy's intervention may have diverse purposes, including maintaining the agency itself rather than necessarily benefiting the individual. Psychotherapeutic practice based on functional analysis was indicated as an alternative that allows the agency to promote more benefits to the individual.

This approach, in turn, supports the development of specific types of self-knowledge closer to self-control and countercontrol. Additionally, it was pointed out that the use of coercive practices and punitive control by agencies may encourage forms of self-knowledge that conceal the recognition of crucial variables that influence behavior, hindering the selection of self-control and countercontrol repertoires.

**Key words:** Self-knowledge. Controlling Agencies. Social Environment. Social Behavior.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** - Fluxograma de representação das etapas do processo de seleção dos artigos selecionados nos periódicos especializados..... 37

**Figura 2** - Distribuição das publicações analisadas em função do tempo..... 38

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Tabela com a estrutura guia para a análise interpretativa de cada texto selecionado ..... 30
- Tabela 2** - Modelo da tabela com a indicação dos textos selecionados para análise, com seu código e número de citações dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen” ..... 32
- Tabela 3** - Tabela com a indicação dos textos selecionados para análise, com seu código e número de citações dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen” ..... 39
- Tabela 4** - Frequência dos termos relacionados às agências específicas (Lei e Governo, Religião, Educação, Economia e Psicoterapia) em cada texto recuperado na busca bibliográfica..... 42

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	24
2.1	Objetivo geral e específico.....	24
<b>3.</b>	<b>MÉTODO</b> .....	25
3.1	Natureza da Pesquisa.....	25
3.2	Materiais.....	26
3.3	Natureza das fontes.....	26
3.4	Procedimento.....	26
	Etapa 1: Definição das palavras-chave.....	26
	Etapa 2: Seleção dos textos e organização dos materiais.....	26
	Etapa 3: Critérios de inclusão e exclusão.....	28
	Etapa 4: Leitura e sistematização das fontes.....	29
	Etapa 5: Análise dos dados.....	30
	Análise bibliométrica.....	30
	Análise interpretativa.....	33
<b>4.</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	35
4.1	Análise bibliométrica.....	35
4.2	Análise interpretativa.....	50
4.2.1	Autoconhecimento.....	51
4.2.2	Agências controladoras.....	74
4.2.3	Síntese .....	90
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>7.</b>	<b>APÊNDICES</b> .....	104
	Apêndice A - Lista de revistas e textos descartados pelo não funcionamento do comando de busca.....	105
	Apêndice B - Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico Acta Comportamentalia.....	106
	Apêndice C - Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo	

“autoconhecimento” no periódico Perspectivas em Análise do Comportamento.....	108
Apêndice D - Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.....	110
Apêndice E - Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico Revista Brasileira de Análise do Comportamento.....	113
Apêndice F - Tabela geral com indicação do nome do texto, periódico, ano, número, volume e quantidade de ocorrências do termo “autoconhecimento”.....	114
Apêndice G - Tabela geral com indicação do nome do texto, periódico, ano, número, volume e quantidade de ocorrências dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen”.....	116
Apêndice H - Tabela com a indicação do título do texto e o motivo da inclusão ou exclusão dos artigos que mencionaram apenas uma vez “autoconhecimento”.....	118
Apêndice I - Tabela com a lista de palavras que não foram consideradas na contagem de agên/agen e o título dos respectivos textos em que elas se encontram.....	121
Apêndice J - Tabela com a apresentação final dos textos selecionados para a análise, com a indicação do título do texto, periódico, número, ano, volume, quantidade de citações do termo “autoconhecimento” e quantidade de citações dos termos “agên/agen”.....	124



## Introdução

A proposta filosófica da Análise do Comportamento, o Comportamentalismo Radical, foi acusada de desumanizar o ser humano, negligenciar a unicidade do indivíduo, ignorar o “eu” e a consciência do “eu” (De Rose, 1982; Moreira & Hanna, 2012; Pimentel et al., 2012; Skinner, 1974/2006). No entanto, uma incursão por alguns textos de Skinner (1953/2003, 1971/1973, 1974/2006, 1989/1995) pode indicar o quanto essas acusações se sustentam mais pelo desconhecimento desse sistema filosófico ou pela recusa dos pressupostos sob os quais o “eu” é apresentado do que, de fato, por uma omissão ou negligência do tema.

A rejeição dos pressupostos Comportamentalistas frequentemente está calcada em concepções mentalistas, que atribuem ao “eu” um papel de agente iniciador ou causa do comportamento (Chiesa, 1994/2006; Moreira & Hanna, 2012). Essas explicações internalistas podem ter surgido em função da dificuldade de se identificar as variáveis contextuais das quais o comportamento é função e a complexidade das razões que o explicam (Skinner, 1971/1973). Apesar de admitir que o comportamento é, de fato, complexo, “mutável, fluido e evanescente” (p. 16), Skinner (1953/2003) propõe que, com exigências técnicas e energia do cientista, é possível realizar um estudo científico do comportamento, sem recorrer às explicações internalistas.

No estudo do “eu”, a postura do Comportamentalismo Radical implica na rejeição do sujeito autônomo e iniciador do comportamento, comum nas visões mentalistas (Chiesa, 1994/2006; Skinner, 1953/2003, 1989/1995). Portanto, por não distinguir duas instâncias diferentes para o sujeito, compreende-se que não há divisão entre “eu” e comportamento, logo, o “eu” também é comportamento (Skinner, 1989/1995). Nesses termos, discutir sobre o “eu” é o mesmo que discutir sobre tipos de comportamento ou tipos de relação do sujeito com o mundo, que compõem o “eu”.

Malacrida e Laurenti (2018) contribuem para essa compreensão do “eu” em termos de comportamento ao afirmarem que repertórios como auto-observação, autodescrição, autoconhecimento, autocontrole, autogoverno e autoedição são exemplos dos repertórios que compõem o “eu”. Percebe-se que, de fato, uma proposta filosófica, que embasa um sistema psicológico científico, não poderia se abster de falar sobre o “eu”, uma vez que ele engloba vários outros termos importantes para o estudo da subjetividade.

Uma semelhança entre todos esses comportamentos que compõem o “eu” é sua natureza social e verbal. Isso quer dizer que na relação entre o indivíduo e o ambiente, que define o comportamento, o segundo é eminentemente social. Portanto, é na relação com o outro que as contingências responsáveis pelo desenvolvimento dos repertórios do “eu” se formam.

Fazendo uma investigação na obra de B. F. Skinner em busca de suas declarações sobre um desses repertórios que compõem o “eu”, o autoconhecimento, percebe-se que o termo tem uma proximidade com pelo menos outros dois conceitos, a saber, consciência e conhecimento (Skinner, 1953/2003, 1971/1973, 1974/2006, 1990/2010). Sobre este primeiro conceito relacionado ao autoconhecimento, uma compreensão tradicional da consciência pode pressupor que esta se refere a uma manifestação subjacente do indivíduo ou instância interior que promove comportamentos. Contrário a essa posição, compreende-se aqui que a consciência é um termo que designa um repertório comportamental verbal e descritivo. Ser consciente, portanto, significa ser capaz de descrever (Skinner, 1974/2006).

A consciência, definida como repertório verbal e descritivo, pode compreender diferentes aspectos, por exemplo a descrição de eventos físicos do mundo, o comportamento das pessoas e o próprio comportamento (Skinner, 1971/1973, 1974/2006). Assim, termos como “consciência de si” ou “autoconsciência” também se tornam mais inteligíveis, uma vez que a adição do prefixo “auto” à consciência, indica que o objeto da consciência é o próprio sujeito. Portanto, a autoconsciência se refere àquelas descrições verbais do comportamento que

incluem os aspectos do próprio comportamento do falante. Nesses termos, consciência e autoconsciência surgem nas interações sociais da comunidade verbal, em especial por meio de perguntas dos membros dessa comunidade. É exatamente esse papel da comunidade verbal de fazer perguntas que permitiu que seres humanos se tornassem “conscientes de si mesmo”, como evidencia o trecho:

Todas as espécies, exceto o homem, comportam-se sem saber que o fazem e, presumivelmente, isto também era verdadeiro no caso do homem até surgir uma comunidade verbal que fizesse perguntas acerca do comportamento, gerando assim o comportamento autodescritivo. (Skinner, 1974/2006, p. 146)

A proximidade entre autoconsciência e autoconhecimento também é sugerida por outra passagem da obra de Skinner (1953/2003), no qual há a utilização do termo consciência em uma nota que se pretende definir o autoconhecimento. No trecho, é evidenciada a origem social do autoconhecimento e o papel da comunidade em dispor de perguntas que serão importantes para a evocação deste repertório:

Autoconhecimento. As respostas discriminativas ao próprio comportamento e às variáveis das quais o comportamento é função parecem ser produto exclusivo do ambiente social. Se o nosso indivíduo será ou não autoconsciente e introspectivo vai depender da medida em que o grupo insistiu em respostas como “O que está fazendo?” ou “Por que fez isso?”. (p. 460)

Ainda em outra passagem, Skinner (1990/2010) enfatiza a argumentação de como a consciência é desenvolvida no contato com a comunidade verbal, parafraseado, aqui, por “conhecimento com os outros”. Isso indica como as contingências de reforçamento providas pela comunidade, em especial as perguntas endereçadas ao indivíduo e os reforçadores dessas respostas, se configuram como ocasiões para o surgimento de respostas conscientes: “A palavra consciente [conscious], usada mais frequentemente do que ciente [aware], significa

coconhecimento (do latim: con-science), ou ‘conhecimento com outros’ – uma alusão às contingências verbais necessárias para ser consciente [conscious]” (p. 114).

Seguindo para o outro conceito relacionado ao autoconhecimento (i.e., conhecimento), é possível afirmar que, além da consciência de si, o autoconhecimento também pode ser descrito como o “conhecimento de si” (Skinner, 1974/2006). Dizer que se conhece ou que se tem conhecimento refere-se à possibilidade de emissão de respostas do repertório comportamental do indivíduo em determinado contexto. Portanto, ter um conhecimento coincide com uma emissão direta de uma resposta. Essas respostas podem ser não-verbais, como, por exemplo, saber (i.e., ter o conhecimento de) tocar um instrumento musical ou dirigir um carro. Dizer que alguém conhece ou sabe fazer essas coisas faz referência aos movimentos e manuseio das mãos sobre o instrumento e às ações que colocam um carro em movimento. Dessa forma, torna-se mais claro compreender que o que é convencionalmente chamado de “possuir” um conhecimento significa, em última instância, emitir um comportamento (Skinner, 1974/2006).

Os exemplos citados ilustram que o conhecimento é fruto de uma exposição prévia às contingências de reforçamento, ou, dito de outra maneira, refere-se a respostas sob controle de estímulos relacionados à história do indivíduo que controlam certos comportamentos relacionados ao mundo que se diz conhecer (e.g., pressionar um conjunto de teclas do piano, acelerar e trocar as marchas do carro). Skinner (1974/2006) chamou esse tipo de conhecimento de “estar em contato” ou “ser íntimo de”.

Para além do conhecimento como expressão direta de um comportamento, o conhecer pode, também, ocorrer na forma de descrição de contingências ou de partes dela. É possível dizer que se conhece algo ou alguém, porque se consegue descrever como isso ocorre ou como esse se comporta. A participação do comportamento verbal no conhecimento anuncia a possibilidade do comportamento consciente que, como já dito, refere-se à possibilidade de

descrevê-lo. De maneira semelhante à autoconsciência, a adição do prefixo “auto” ao conhecimento sugere que o objeto do conhecimento – aquilo que se diz conhecer – é o próprio sujeito. Assim, resgatando as concepções de conhecimento apresentadas, pode-se dizer que conhecer a si mesmo diz respeito a “estar em contato” com os seus próprios comportamentos ou, ainda, descrever a si mesmo, no sentido de descrever partes do seu comportamento e o próprio corpo.

A admissão do conhecimento e da consciência como tipos de comportamento que, como qualquer outro, estão sob controle de variáveis ambientais, implica em considerá-los como mutáveis e sensíveis aos efeitos da história ambiental do indivíduo, sobretudo da sua história verbal e social. Portanto, seja o autoconhecimento expresso pela “consciência de si” ou pelo “conhecimento de si”, seu caráter é eminentemente verbal e seu desenvolvimento é sensível ao contexto social do qual o indivíduo participa. Sendo assim, o estudo do autoconhecimento deve incluir aspectos do ambiente social que atuam sobre o indivíduo. As especificidades dessas influências podem tornar mais claras as variáveis que influenciam na construção do repertório de autoconhecimento e as implicações de práticas sociais sobre ele.

Essa sensibilidade do autoconhecimento ao contexto social pode ser visualizada em alguns trechos da obra de Skinner (1953/2003):

Mesmo na comunidade mais rudimentar, questões como “o que você fez?” ou “o que você está fazendo?” compelem o indivíduo a responder ao seu próprio comportamento aberto.... No outro extremo, uma sociedade avançada e relativamente não-prática produz o indivíduo altamente introspectivo ou altamente introvertido, cujo repertório de autoconhecimento se estende ao seu comportamento coberto – um repertório que em algumas culturas pode ser quase inexistente. (p. 314).

A citação indica como o autoconhecimento pode ter como foco diferentes partes do repertório comportamental, como as respostas abertas ou encobertas. Skinner (1974/2006)

também se refere a essa condição da comunidade gerar diferentes formas do indivíduo se descrever, nomeando o processo de *tipos e quantidades diferentes de autoconhecimento*: “Diferentes comunidades geram tipos e quantidades diferentes de autoconhecimento e diferentes maneiras de uma pessoa explicar-se a si mesma e aos outros” (p. 146). E ainda, *diferentes espécies de autoconhecimento*: “As perguntas feitas pelos psicólogos mentalistas e as feitas pelos behavioristas naturalmente produzem diferentes espécies de autoconhecimento” (pp. 146-147).

Os trechos evidenciam como não é possível falar em uma espécie de “autoconhecimento absoluto” ou um conhecimento completo sobre si, mas, sim, em um autoconhecimento contingente a contextos sociais específicos ou, de outra forma, a tipos de autoconhecimento delimitados pelas contingências verbais que foram fornecidas. Algumas dessas contingências, por exemplo, vão favorecer um autoconhecimento com a descrição acurada de emoções, outras com o uso de metáforas que explicam as ações, outras com a investigação cuidadosa das consequências antes de se agir.

Outro importante aspecto do autoconhecimento diz respeito à sua vantagem para o indivíduo e para a comunidade. Skinner (1974/2006; 1969/1984) ressalta que o autoconhecimento permite que o indivíduo tenha maiores chances de prever e controlar seu próprio comportamento, sendo, portanto, um importante repertório precursor do autocontrole. Do mesmo modo, essa vantagem é de interesse da comunidade, que consegue melhor prever e controlar o comportamento dos seus membros.

Nesse âmbito das vantagens do autoconhecimento para a comunidade, é possível reconhecer diferentes usos da condição de prever e controlar o comportamento dos seus membros. Em um recorte mais específico do ambiente social, por exemplo, o autoconhecimento de uma criança pode ser útil para um adulto de sua comunidade que identifica sua dor por meio de seus relatos e presta ajuda. Um professor pode verificar a

efetividade do seu ensino por meio de perguntas direcionadas a seus alunos sobre o que foi ensinado.

Além disso, o autoconhecimento também é interessante para os segmentos mais organizados do ambiente social, como as agências controladoras (Skinner, 1953/2003). Como ilustração, para a agência religiosa, é importante que um indivíduo consiga identificar que determinado comportamento que emitiu foi pecaminoso e precisa de reparação. Para a agência governamental, apresentar e nomear certos comportamentos como “corretos” e reforçar os indivíduos com rótulos como “cidadãos de bem” facilita no seguimento de práticas de interesse dessa agência. Com esses exemplos, demonstra-se uma intersecção entre o controle da agência sobre o comportamento dos seus membros e o controle do próprio comportamento pelos indivíduos. Afinal, a atuação da agência controladora só se aprimora quando o próprio indivíduo é capaz de observar e descrever seu próprio comportamento (i.e., “ter” autoconhecimento).

Essa condição ilustra o que Skinner (1953/2003) considerou como uma das principais técnicas de controle do comportamento das agências controladoras, o estabelecimento do autocontrole. Com esse repertório, o indivíduo não precisa estar no ambiente da agência ou na presença do agente controlador para que se comporte da forma esperada pelas agências. Para tanto, as agências precisam manejar contingências que, indubitavelmente, passarão por contingências verbais que estabelecem o autoconhecimento, tais como o uso de perguntas sobre as ações e sensações corporais da pessoa e o fornecimento de interpretações e sugestões sobre o que fazer em determinado momento.

Se o debate das agências controladoras faz parte do campo da filosofia política do Comportamentalismo Radical (Dittrich et al., 2013), a investigação do autoconhecimento, que também integra o universo desse debate, também abre espaço para a inserção desse conceito em um campo político. Isso porque, estudar o autoconhecimento nos termos

Comportamentalistas Radicais implica em reconhecer os ambivalentes benefícios deste repertório para o indivíduo e para a comunidade e identificar segmentos do ambiente social, a exemplo das agências controladoras, como importantes influências no desenvolvimento de repertórios individuais.

O autoconhecimento como um estudo de implicações políticas também encontra justificativa na concepção do “político” como a expressão de um espaço de poder, conflito e de antagonismo (Mouffe, 2015). Isso se sustenta posto que é possível admitir que o autoconhecimento é um repertório de amplo interesse e em disputa pelos grandes segmentos do ambiente social, já que, quanto mais as agências conseguem manejar contingências de autoconhecimento, que por sua vez favorecem o autocontrole, mais comportamentos e consequências de seu interesse serão alcançados. Portanto, uma pergunta que instala o autoconhecimento no campo político pode ser: em função de quem e de quais interesses as contingências de desenvolvimento de autoconhecimento estão sendo dispostas?

A despeito de B. F. Skinner ter esclarecido a sensibilidade do autoconhecimento ao contexto social e as possibilidades de diferentes usos deste repertório pela comunidade, mais esclarecimentos sobre segmentos específicos do ambiente social ainda podem ser feitos. No caso das agências controladoras, cumpre-se indagar: quais os tipos de autoconhecimento almejados para cada uma delas?

Nos últimos anos, analistas do comportamento brasileiros parecem estar cada vez mais interessados em temas relacionados a problemas sociais e políticos (Flores, 2021). A investigação sobre agências controladoras e autoconhecimento pode, portanto, encontrar um terreno fértil na literatura nacional. De todo modo, em uma incursão inicial pelas publicações nacionais em que o termo autoconhecimento é destacado, questões como as supracitadas parecem continuar em aberto. A literatura revela como esse conceito é bastante presente no campo da psicoterapia (Ferreira, et al., 2017; Levatti et al., 2018; Marçal, 2005; Neto & Lettieri,



2018; Oliveira, 2017; Pitanga & Vandenberghe, 2017; Santos & Canaan, 2008; Silva & Bravin, 2018; Souza et al., 2012). Por também ser uma agência controladora (Skinner, 1953/2003), parece pertinente explorar quais relações têm sido feitas entre o autoconhecimento e essa agência, especialmente se há o reconhecimento dos aspectos sociais e políticos que envolvem o autoconhecimento.

Além disso, como discutido, é de interesse de todas as agências o desenvolvimento do autoconhecimento. Portanto, é igualmente relevante investigar se outras agências controladoras têm sido consideradas como segmentos importantes do ambiente social que contribuem para o desenvolvimento do autoconhecimento. Diante disso, este trabalho investigou como a literatura analítico-comportamental nacional tem abordado a relação entre autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências de controle.

## **Objetivo**

### **Geral**

- Investigar como a literatura nacional de Análise do Comportamento tem considerado a relação entre autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências de controle.

### **Específicos**

- Examinar as definições dos conceitos de autoconhecimento e agência de controle;
- Identificar subsídios teóricos nos textos que permitam relacionar as agências de controle com o autoconhecimento;
- Propor uma análise interpretativa sobre a relação entre autoconhecimento e agências de controle.

## Método

### Natureza da Pesquisa

Uma pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa cujo material é composto por outras fontes já elaboradas, como livros e artigos científicos. Essa pesquisa se mostra útil por abordar uma ampla gama de fenômenos, quando há dados dispersos seja pelo tempo ou pelo espaço (Gil, 2002). Uma das modalidades de pesquisa bibliográfica é a revisão de literatura, definida por uma “busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica” (Unesp, 2015, p. 2). A revisão de literatura pode, ainda, ser dividida em três tipos: revisão narrativa, sistemática e integrativa.

A revisão integrativa, da qual se caracteriza esta pesquisa, surgiu como uma proposta de alto rigor metodológico que permite a combinação de diversas metodologias de estudos para sua análise de resultados. Isso quer dizer que dados da literatura empírica e teórica podem ser usados para diversos propósitos, como para a definição de um conceito, revisão de teorias, busca por evidências ou lacunas em um tema e análise de problemas metodológicos sobre um tópico particular (Souza, Silva & Carvalho, 2010; Unesp, 2015).

Souza et al. (2010) e Unesp (2015) indicam, de forma semelhante, etapas para o desenvolvimento de uma pesquisa de revisão integrativa que incluem a elaboração de uma pergunta norteadora ou um problema de pesquisa, uma busca ou amostragem na literatura, coleta de dados e uma análise crítica dos estudos selecionados. Esta pesquisa também se alinha a esse tipo de revisão, uma vez que utilizou artigos científicos, de base empírica e teórica, para responder a uma questão norteadora de base teórica na Análise do Comportamento. Além disso, na fase de análise crítica, serão demonstradas as possíveis relações entre os conceitos de autoconhecimento e agências de controle.

## **Materiais**

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado um *notebook Samsung x40*, navegador de internet, pastas do computador e os *softwares Mendeley, Word e Excel*.

## **Natureza das fontes**

O material bibliográfico selecionado para análise constitui em artigos científicos publicados nos principais periódicos especializados em Análise do Comportamento ainda em atividade que publicam em língua portuguesa: *Acta Comportamentalia*, *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento (ReBAC)* e *Revista Brasileira de Teoria Comportamental e Cognitiva (RBTC)*.

## **Procedimento**

O procedimento desta pesquisa foi desenvolvido em cinco etapas: (1) definição das palavras-chave; (2) seleção de organização dos materiais; (3) critérios de inclusão e exclusão; (4) leitura e sistematização das fontes; e (5) análise dos dados. Essas etapas serão descritas a seguir.

### **Etapa 1: Definição das palavras-chave**

A princípio, foram definidos para a pesquisa bibliográfica dois conjuntos de palavras: o primeiro, “autoconhecimento”, e o segundo, “agên” e “agen”. A escolha por esse segundo conjunto de palavras se justifica pelo fato da maioria das palavras referentes às agências de controle possuírem esses radicais, por exemplo, em agente(s) controlado(res), agência controladora, agência de controle, agência.

### **Etapa 2: Seleção dos textos e organização dos materiais**

A seleção dos textos foi separada em duas etapas. Inicialmente, na primeira etapa, os textos receberam o título de “textos pré-selecionados”. Essa pré-seleção foi feita tendo como

base todos os textos que abordavam, ao menos uma vez, o termo “autoconhecimento”. Todos os periódicos foram acessados sem restrição de data, volume ou número. Foram consideradas todas as publicações disponíveis no acervo digital dos periódicos até a data da pesquisa.

O acervo digital de cada periódico foi aberto pelo computador e cada texto, isoladamente, foi acessado pelo próprio visualizador de textos do site. Em cada texto, um teste foi feito com a ferramenta *ctrl+f* do teclado do computador para verificar se o comando de buscar por palavras funcionava. Nesse caso, uma palavra corriqueira e frequente do texto era pesquisada. Após o teste, foi inserido no comando *ctrl+f*, o termo “autoconhecimento”. Os textos que apresentavam ao menos uma vez o termo foram pré-selecionados, sendo feito o *download* de todos eles e foram, posteriormente, organizados em pastas no computador separados pelo nome do periódico. Quando a ferramenta de busca por palavras não funcionou, foi feito o *download* do texto e a mesma tentativa era executada usando o visualizador de textos *Mendeley*. Quando nem por esse caminho o comando funcionava, o texto foi excluído. As revistas e textos descartados foram expostas em uma tabela (Apêndice A).

Uma tabela para cada periódico foi elaborada para facilitar o acesso aos textos nas etapas subsequentes (Apêndices B, C, D e E). Consta, no topo desta tabela, o nome do periódico e duas colunas com a indicação do volume, número e ano do texto na primeira coluna, e o título do texto na segunda coluna. Posteriormente, todos esses dados foram organizados em uma única tabela (Apêndice F), com a indicação do periódico, o nome do texto, ano de publicação, número e volume do periódico e a quantidade de ocorrências do termo “autoconhecimento” em cada texto. Para a realização das próximas etapas, todos os textos foram abertos pelo *software Mendeley* e esses também foram organizados em pastas, de acordo com o periódico.

Na segunda etapa, uma nova pesquisa por palavras-chave foi feita dentro desses textos pré-selecionados. Utilizando também o comando *ctrl+f*, dessa vez no *Mendeley*, os termos “agên/agen” foram inseridos. Todos os textos que apresentavam algum desses dois radicais, foram indicados em uma nova tabela (Apêndice G), semelhante à tabela anterior, porém, com uma coluna a mais, indicando as ocorrências do termo “agên/agen” nos textos. Com essa tabela, foi possível visualizar todos os textos que versavam sobre autoconhecimento e agências de

controle. Foram também indicados nesta tabela dados bibliométricos dos textos, como o título, ano de publicação, número e volume do periódico a quantidade de ocorrências dos dois conjuntos de termos, isto é, “autoconhecimento” e “agên/agen”.

### **Etapa 3: Critérios de inclusão e exclusão**

Na pré-seleção, na busca pelos textos que apresentaram o termo “autoconhecimento”, foram considerados aqueles que mencionavam, ao menos uma vez, o termo nos campos: título, resumo, palavras-chave ou corpo do texto. Não foram pré-selecionados os artigos em que o termo “autoconhecimento” aparecia apenas nas referências bibliográficas ou qualquer outra parte do texto que não as indicadas anteriormente.

Após a aplicação dos dois conjuntos de palavras nos textos (i.e., autoconhecimento e agên/agen), para melhor selecionar os textos que poderiam apresentar fundamentos para a presente investigação e também para chegar a um número de textos viável para uma análise, uma nova discriminação foi feita naqueles textos em que o termo “autoconhecimento” foi mencionado apenas uma vez. O parágrafo em que o termo constava foi lido e avaliado: caso fosse apresentada alguma definição, exemplificação ou maior explanação sobre o conceito, o texto era incluído. Caso o termo “autoconhecimento” fosse mencionado apenas de passagem e não seguido de nenhuma explicação, o texto era excluído. Quando não foi possível ter clareza dessa distinção, os parágrafos anteriores e os seguintes também foram lidos. Uma tabela foi elaborada (Apêndice H) para apontar o motivo pelo qual os textos que mencionaram apenas uma vez o termo “autoconhecimento” foram ou não incluídos para a análise. A tabela indica o nome do texto, dados bibliométricos do texto e o motivo da exclusão.

Em relação aos termos “agên/agen”, não foram consideradas as palavras que partilhavam desse mesmo radical, mas não faziam referência alguma ao termo de interesse, isto é, agência de controle. Como exemplo, não foram consideradas palavras e expressões como:

aprendizagens, abordagens, porcentagens, agente iniciador, agenda, agenciar. Foram consideradas as palavras em que o radical compunha termos como: agente controlador, agente (no sentido de agente controlador), agência controladora, agência de controle. A lista com as palavras não consideradas também está indicada em uma tabela (Apêndice I), com o título do texto, dados bibliométricos e as palavras não consideradas em cada um deles.

#### **Etapa 4: Leitura e sistematização das fontes**

Uma vez tendo selecionados os textos que abordam autoconhecimento e agências de controle, essa etapa consistiu em uma leitura completa dos textos e no levantamento de dados quantitativos sobre menções aos termos “autoconhecimento”, “agên/agen” e outros termos que faziam referência às agências. Esses dados quantitativos também foram inseridos em uma tabela geral (Apêndice J), que reúne os principais dados extraídos dos procedimentos aplicados aos textos.

Além de uma análise com parâmetros quantitativos do material selecionado, foi desenvolvida uma análise interpretativa dos textos. Para isso, uma estrutura de tabela que guiasse esse tipo de procedimento de análise foi elaborada. Na Tabela 1, consta-se os campos: referência (para identificar o texto); código do texto (com o código em algarismos romanos utilizado na análise bibliométrica); objetivo (com a explicitação do objetivo do texto); autoconhecimento; agência de controle (para que fosse indicada as teses e outras considerações sobre os termos); duas perguntas norteadoras que levantavam maiores detalhes para esclarecimento do objetivo da pesquisa: 1) Alguma relação das agências com o desenvolvimento de autoconhecimento foi explicitada? 2) As diferentes consequências para os indivíduos e para as agências são explicitadas? e, por fim, um espaço para um pequeno resumo do texto e comentários. Para cada texto, uma dessas tabelas foi preenchida, de modo que

visualização das principais informações do texto referentes à temática analisada fosse facilitada.

### **Tabela 1**

*Tabela com a estrutura guia para a análise interpretativa de cada texto selecionado*

<b>Referência do texto</b>
<b>Código do texto</b>
<b>Objetivo</b>
<b>Autoconhecimento</b>
<b>Agências de controle</b>
<b>Alguma relação das agências com o desenvolvimento de autoconhecimento foi explicitada?</b>
<b>As diferentes consequências para os indivíduos e para as agências são explicitadas?</b>
<b>Resumo do texto e comentários pessoais</b>

### **Etapa 5: Análise dos dados**

Na quinta etapa, as análises dos dados foram divididas em duas partes: análise bibliométrica e análise interpretativa. O resultado dessas análises são apresentados na seção de resultados e discussão.

#### **Análise bibliométrica**

Nesta etapa da análise, foram elaborados tabelas e gráficos com o objetivo de explicitar algumas considerações sobre o material analisado, tais como a quantidade de publicações que

citavam o apenas o termo “autoconhecimento”; a quantidade que mencionavam “autoconhecimento” juntamente com os termos “agên/agen”, que fazem referência às agências de controle; citações a outros termos que remontam às agências; a quantidade de citações de cada um desses termos em cada texto; o período em que as publicações que abarcavam os termos foi mais frequente; os periódicos em que cada texto se encontra. A análise bibliométrica também identificou os textos que mais se destacavam na citação dos descritores selecionados e procurou tecer relações entre as quantidades de citações entre eles. A partir desses dados bibliométricos, foram levantadas algumas hipóteses e possíveis interpretações para os dados que mais se destacaram.

Além dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen”, uma busca por outros termos relacionados às agências controladoras também foi executada na amostra de textos. Esses outros termos foram selecionados tendo como base a nomenclatura de Skinner (1953/2003) para se referir às agências. Foram selecionados os radicais “govern” e “lei” para se referir à agência governamental; “relig” para se referir à agência religiosa; “terap” e “clínica” para se referir à agência psicoterápica; “economi” para a agência econômica; e “educ” e “escola” para se referir à agência educacional.

Semelhante ao processo de seleção dos termos “agên/agen” anteriormente descrito, a busca por esses outros termos relacionados às agências também discriminou cada aparição do termo em relação ao seu contexto no texto: quando a busca do termo pelo comando *ctrl+f* resultou em radicais e palavras que partilham do radical de interesse, porém não se referiam ao tema em questão, a palavra não foi contabilizada. Para ilustrar, palavras como “leitura”, “educação física”, “material escolar”, “governado por regras”, “economia de fichas”, “agricultura”, que compartilham, respectivamente, as palavras e radicais “lei”, “educação”, “escola”, “govern”, “economi”, “cultura” não foram consideradas.



Essa busca por descritores específicos de cada agência permitiu discriminar quais eram os textos que mais se destacavam na menção às agências específicas. Uma apreciação inicial desses textos foi feita ainda análise bibliométrica, a fim de identificar quais eram os mais representativos de cada agência e se apresentavam contribuições para a discussão de sua influência no autoconhecimento.

Na análise bibliométrica, cada texto recebeu um código, em algarismos romanos, como ilustrado na Tabela 2. Optou-se por esse recurso, já que diversas tabelas foram elaboradas para a exposição dos dados bibliométricos, além de repetidas citações a cada texto ao longo da explicitação. Desse modo, as tabelas e os textos puderam ficar mais compactos e de mais fácil visualização. Na atribuição de códigos para os textos, foi considerada a ordem decrescente de citações do termo “autoconhecimento”. Quer dizer que os primeiros textos (e.g., I, II, III) são os textos que mais apresentaram citações deste termo.

### **Tabela 2**

*Modelo da tabela com a indicação dos textos selecionados para análise, com seu código e número de citações dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen”*

<b>Código do texto</b>	<b>Referência reduzida</b>	<b>Número de citações do termo “autoconhecimento”</b>	<b>Número de citações do termo “agê/agen”</b>
I	Autor, (ano). Título.		
II	Autor, (ano). Título.		
III	Autor, (ano). Título.		

### **Análise interpretativa**

A análise interpretativa contemplou partes do desenvolvimento de uma proposta de pesquisa conceitual, em especial a dimensão de análise sistêmica (Laurenti & Lopes, 2016). Segundo os autores, o nível de análise sistêmico na pesquisa conceitual busca pela explicitação da rede de conceitos e noções que estão relacionados ao conceito que é foco de investigação. Inspirado nessa proposta de análise e tendo como base a amostra de textos selecionada, foram identificadas as teses principais relacionadas ao autoconhecimento, sua relação com outros conceitos, além de um exame dos autores mais citados para sustentar essas teses. Esse procedimento viabilizou a identificação de padrões nas definições de autoconhecimento e a discriminação de proximidades e distanciamentos desse conceito entre os textos.

A identificação das teses principais sobre o autoconhecimento e sua relação com outros conceitos permitiram avaliar se as agências controladoras foram ou não citadas como um dos aspectos relevantes para sua compreensão. Além disso, foi observado se as proposições sobre o autoconhecimento faziam referência à proposta skinneriana ou se apresentavam novas considerações sobre o conceito.

Em relação às agências controladoras, foram identificadas, também, as teses centrais relacionadas a esse termo. Buscou-se tornar evidente a forma com que as agências têm sido retratadas, se esclarecem as relações de controle, as consequências do seu controle para o comportamento individual e se há considerações a respeito do estabelecimento de contingências que têm uma relação mais direta com o autoconhecimento. Ainda, foi notado se os textos abordavam o Comportamentalismo de Skinner como suficiente para discutir as agências ou se apresentavam novos autores.

Todo esse processo da análise interpretativa foi auxiliado pela Tabela 1, na qual foram registradas, para cada texto, considerações sobre autoconhecimento, agências controladoras e sobre as assertivas que permitissem relacionar esses dois conceitos. Além das considerações a

respeito dos dois termos centrais (i.e., autoconhecimento e agências de controle), foi formulado uma resposta para duas perguntas norteadoras (Alguma relação das agências com o desenvolvimento de autoconhecimento foi explicitada? As diferentes consequências para os indivíduos e para as agências são explicitadas?). As respostas de tais questões auxiliaram na identificação de como os textos da amostra relacionavam os conceitos de autoconhecimento e agências controladoras.

A identificação das teses principais relacionadas ao autoconhecimento e agências controladoras, suas redes conceituais e as respostas às perguntas norteadoras fundamentaram a elaboração de uma interpretação dos textos psicológicos analisados. Vale ressaltar que foi adotada a concepção de interpretação de Laurenti e Lopes (2016) como um processo de construção de significado de um texto que se fundamenta em uma inter-relação entre autor, leitor e texto.

A partir dos dados analisados de cada texto, a interpretação procurou avaliar, primeiramente, se a amostra da literatura selecionada estava considerando a origem social do autoconhecimento e os diferentes benefícios e interesses desse repertório. Posteriormente, a investigação se voltou para a identificação de quais segmentos desse ambiente social foram considerados pela literatura e se, no limite, incluíam as agências controladoras e sua forma de atuação. Quando essas respostas não puderam ser explicitamente encontradas nos textos, a investigação também se sustentou na busca por subsídios teóricos que a amostra fornecesse sobre as agências controladoras e sua possível influência no autoconhecimento. Toda essa análise foi retratada em um texto argumentativo que foi dividido em três subseções: autoconhecimento; agências controladoras; e síntese.

Na análise interpretativa, optou-se pela citação dos textos segundo a norma padrão, seguido da indicação do código em algarismo romano atribuído na análise bibliométrica, da seguinte forma: Autor (ano) [código]. Dessa forma, também ficam diferenciados os textos da

amostra que foram analisados e os textos de outros autores da Análise do Comportamento que foram utilizados de suporte para a análise.

## **Resultados e Discussão**

Na investigação sobre como um segmento da literatura analítico-comportamental tem considerado a relação entre autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências controladoras é necessário pontuar, inicialmente, que a maioria dos textos, se não todos, não trataram o autoconhecimento ou as agências controladoras como temas centrais. Em muitos casos, os autores e as autoras não tiveram como principal objetivo definir claramente e desenvolver esses dois conceitos. Eles foram utilizados, em grande parte das vezes, para ilustrar algum exemplo ou então compunham uma parte importante de outra investigação ou argumentação que vinha sendo feita.

Apesar disso, entende-se que todo texto se compromete com definições e relações mais ou menos explícitas sobre os conceitos que citam. Com base nessas definições e relações, análises importantes ainda puderam ser realizadas. Portanto, a análise que se segue representa uma sistematização dos subsídios apresentados pela amostra selecionada que fundamentam uma relação entre o autoconhecimento e as agências controladoras.

### **Análise bibliométrica**

Para a seleção do material, todos os periódicos selecionados foram acessados sem restrição de data, número ou volume, conforme o procedimento descrito na Etapa 2 (seção Método). Todas as buscas foram realizadas entre os dias 31 de agosto de 2022 a 14 de outubro de 2022. O fluxograma apresentado na Figura 1 ilustra o processo de pré-seleção dos artigos que abordam apenas o termo “autoconhecimento”, a seleção dos que abordam

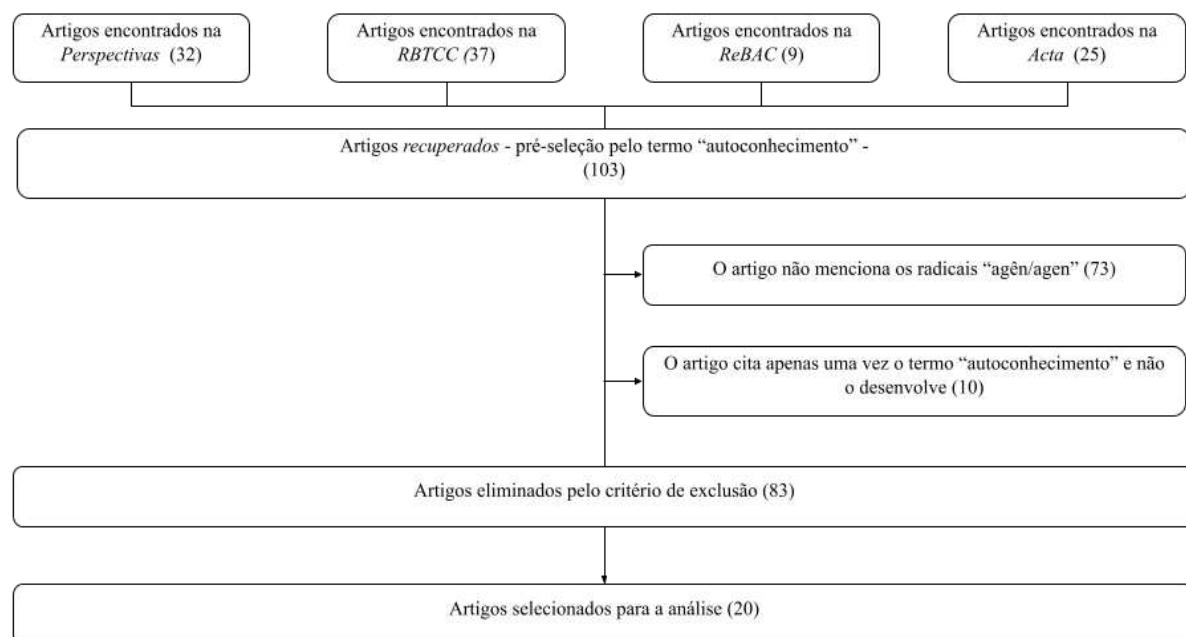
“autoconhecimento” e “agên/agen”, a aplicação dos critérios de exclusão e o número de artigos finais.

Na pré-seleção, foram resgatados 103 artigos que mencionam o termo “autoconhecimento” ao menos uma vez. Na etapa seguinte, desses 103 artigos pré-selecionados, 83 foram excluídos, conforme os critérios de exclusão (Etapa 3, na seção Métodos). Desses artigos excluídos, 73 não mencionaram nenhuma vez os radicais “agên/agen”, no sentido de agências controladoras. Essa exclusão representa 17 artigos da Acta, 23 artigos da Perspectivas, 28 artigos da RBTCC e 5 artigos da ReBAC. Alguns desses textos chegaram a ter altas menções ao “autoconhecimento”, porém não cumpriam todos os requisitos para a seleção. Esse dado indica que a maior parte dos textos que mencionam ou discorrem sobre o autoconhecimento não trazem, em seu corpo textual, referências às agências controladoras.

Os outros 10 artigos excluídos citaram os dois termos (i.e., autoconhecimento e agên/agen), porém mencionaram apenas uma vez o primeiro termo. Conforme o procedimento de verificação desses textos, mencionado na Etapa 3 do procedimento, na análise preliminar desses textos, foi constatado que o termo autoconhecimento foi citado apenas de passagem e poucas considerações sobre ele foram feitas (Apêndice H). Esses textos excluídos representam quatro textos da Perspectivas, três da Acta, dois da RBTCC e um da ReBAC.

**Figura 1**

*Fluxograma de representação das etapas do processo de seleção dos artigos selecionados nos periódicos especializados*



Por fim, chegou-se ao resultado de 20 textos selecionados, que apresentavam discussões simultâneas sobre autoconhecimento e agências controladoras, representando 19,41% do total de 103 textos que foram pré-selecionados por versarem sobre o autoconhecimento. Em relação aos periódicos dessa amostra final, os 20 textos se dividem em cinco da Acta Comportamentalia, cinco da Perspectivas, sete da RBTCC e três da ReBAC.

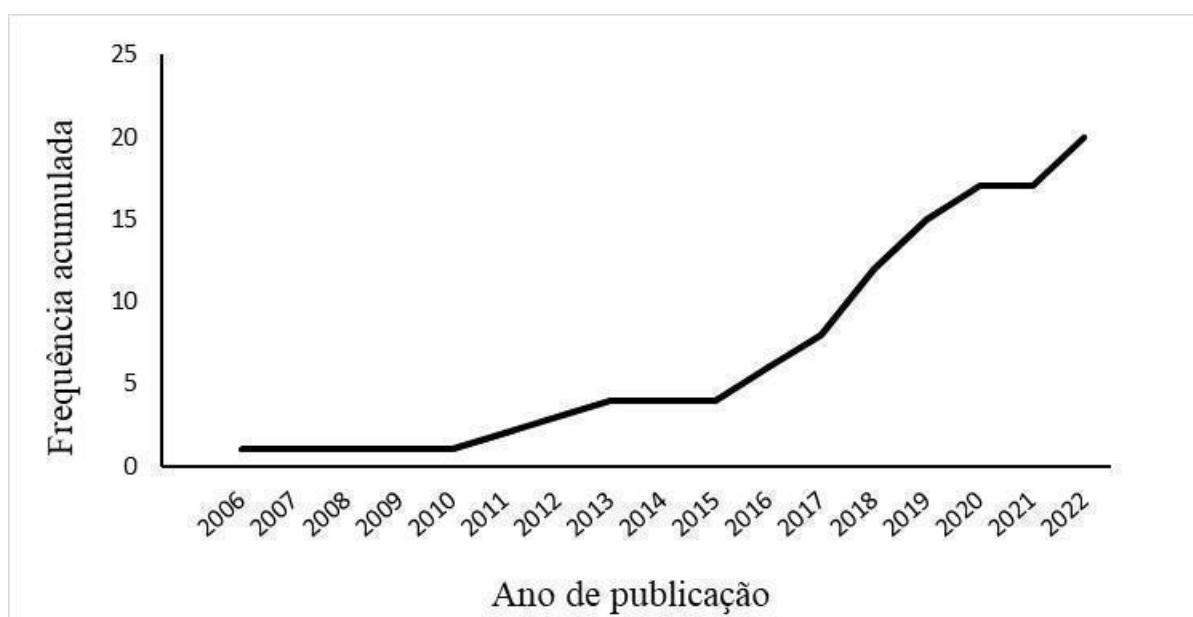
O alto número de exclusão na etapa de pré-seleção dos artigos que mencionam o autoconhecimento, mas não radicais relacionados às agências controladoras (73 artigos), pode indicar que, no debate sobre autoconhecimento, pouco se tem considerado a presença das agências controladoras como parte importante do ambiente social que funciona como contexto para o desenvolvimento do autoconhecimento. Apesar disso, vale ressaltar que muitos desses

textos excluídos da pré-seleção poderiam ser textos importantes sobre autoconhecimento. Todavia, foram descartados, uma vez que esta pesquisa não visou a análise conceitual do termo autoconhecimento, mas, sim, as implicações sociais e políticas que podem acompanhar este conceito quando se inclui as agências controladoras na discussão.

Em relação à quantidade das publicações selecionadas ao longo do tempo, a Figura 2 apresenta dados que ilustram como os 20 textos selecionados podem ser distribuídos em função do ano de sua publicação. É possível verificar um aumento dos textos que traziam em seu corpo textual assertivas sobre autoconhecimento e agências controladoras, principalmente a partir de 2017. Em 11 anos (2006 a 2016), houve seis referências às agências em textos que abordavam também o autoconhecimento. Por outro lado, nos últimos seis anos mais recentes (2017 a 2022), essa relação entre agência e autoconhecimento apareceu em 14 textos, sinalizando um aumento de interesse nesses conceitos. É importante destacar, contudo, que o número total de publicação dos periódicos também foi crescendo ao longo desses anos, portanto, pode ser que o aumento na frequência desses temas acompanha proporcionalmente o aumento de publicações absolutas dos periódicos.

### **Figura 2**

*Distribuição das publicações analisadas em função do tempo*



Na sequência, a Tabela 3 apresenta a seleção dos 20 textos da amostra analisada, com a indicação do código do texto, autor(es), ano e título. Ainda, foram já explicitados nessa tabela a quantidade de vezes que cada texto citou os termos “autoconhecimento” e “agên/agen”.

**Tabela 3**

*Tabela com a indicação dos textos selecionados para análise, com seu código e número de citações dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen”.*

Código do texto	Referência reduzida	Número de citações do termo “autoconhecimento”	Número de citações do termo “agên/agen”
I	Ferreira, T. A., Santos, F. M. S., Matos, J. P. A., Moura, M. C. B. L., & da Silva Rodrigues, S. (2017). Qual o objetivo da análise do comportamento clínica?.	27	1
II	Ferreira, T. A., Matos, J. P. A., Souza, M. M., & da Silva Rodrigues, S. (2022). Medicalização da vida e análise alínica [ <i>sic</i> ] do comportamento.	15	1
III	Malacrida, G. P., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner.	14	2
IV	Bissoli, E. B., Fonseca, C. M., & de Sousa, V. P. (2021). A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível.	9	28
V	Cassas, F. A., & de Luna, S. V. (2018). Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster.	5	8
VI	Pimentel, N., Bandini, C. S. M., & de Melo, C. M. (2012). Compreendendo o abandono do " eu iniciador" em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas.	5	4



VII	Paula, W. F., & Laurenti, C. (2020). Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade.	5	2
VIII	Rocha, G. V. M. D., Ingberman, Y. K., & Breus, B. (2011). Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.	4	1
IX	Peron, F., & Silveira, J. M. D. (2013). Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica.	3	3
X	Júnior, C. R. F., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em análise do comportamento.	3	2
XI	Silva, A. D. P. A., & de Medeiros, C. A. (2019). Efeitos de regras e autorregras nos relatos de mudança comportamental na terapia analítica comportamental.	3	1
XII	De Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura.	3	1
XIII	Zin, G., Gama, V. D., & dos Reis, M. D. J. D. (2022). Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários.	2	22
XIV	Ferreira, T. A., & de Mattos Souza, M. (2019). Considerações éticas sobre a natureza das evidências nas terapias analítico-comportamentais.	2	7
XV	Santos, E. A. P., dos Santos Garbelotti, C., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira.	2	6
XVI	Branco, C. M., & Ferreira, E. A. P. (2006). Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais.	2	1
XVII	Guilhardi, H. J. (2018). Mais do bom não faz bem: Problemas do reforço livre.	1	8

XVIII	Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: perspectivas e desafios.	1	5
XIX	Gouveia, M., Porfirio, F., da Silva, J. M., Ocalxuk, L., & Ingberman, Y. K. (2017). Procedimento de bloqueio de respostas de esquivas e aumento da tolerância emocional.	1	2
XX	Pereira, D. C., Camargo, V. S., & Aoyama, P. C. N. (2018). Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático.	1	1

*Nota.* As referências foram reduzidas para facilitar a visualização e reduzir o tamanho da tabela. As referências completas de cada texto se encontram na seção Referências.

Em cada texto da amostra analisada, as menções ao termo “autoconhecimento” variaram entre uma e 27 vezes. Ao todo, o termo foi mencionado 108 vezes. Os textos que mais se destacaram na aparição do termo foram os textos I, II, III e IV, mencionando, respectivamente, os termos “agên/agen” uma vez, uma vez, duas vezes e 28 vezes (Ver Tabela 3).

A amostra de textos selecionados pode ser considerada bastante heterogênea, no sentido de envolver temáticas, objetivos e naturezas de estudos distintos. Na apreciação do conceito de autoconhecimento, essa condição apresentou o desafio de sintetizar as definições e responder ao problema de pesquisa sobre a relação entre autoconhecimento e agências controladoras em textos que apresentavam fins diversos. Por outro lado, foi possível uma ampla visualização do conceito de autoconhecimento, principalmente em relação às possibilidades de seus usos e as temáticas com as quais foi vinculado.

Já em relação às agências controladoras, a aparição dos termos “agên/agen” variaram entre uma e 28 ocorrências. Ao todo, o termo apareceu 106 vezes na amostra selecionada. Os textos que mais se destacaram nessa categoria foram os textos IV, XIII, V e XVII, mencionando o termo, respectivamente, 28 vezes, 22 vezes, oito vezes e oito vezes (Ver Tabela 3). Esses

textos auxiliaram na identificação da definição geral de agências controladoras que a amostra da literatura estava trabalhando, além da identificação de descrições da forma de operação das agências controladoras.

Na Tabela 4, pode-se observar os textos que mais fizeram referência às agências específicas apontadas por Skinner (1953/2003). No total, foram encontrados 1146 descritores nos 20 textos selecionados. O descritor que mais apareceu em toda a amostra foi relacionado à agência psicoterápica, totalizando 955 ocorrências (83,33% do total), seguido da agência educacional com 103 ocorrências (8,98% do total). Os descritores referentes às agências governamental, religiosa e econômica apareceram 45, 41 e duas vezes, respectivamente (representando 3,9%, 3,5% e 0,17% do total das 1146 ocorrências).

#### **Tabela 4**

*Frequência dos termos relacionados às agências específicas (Governo, Religião, Educação, Economia e Psicoterapia) em cada texto recuperado na busca bibliográfica.*

<b>Código do texto (Ver Tabela 3)</b>	<b>"autoconhecimento"</b>	<b>Ag. Governamental</b>	<b>Ag. Religiosa</b>	<b>Ag. Educacional</b>	<b>Ag. Econômica</b>	<b>Ag. Psicoterápica</b>
I	27	0	0	2	0	118
II	15	0	0	5	0	21
III	14	0	1	1	0	1
IV	9	4	4	2	1	89
V	5	1	1	3	1	198
VI	5	4	4	3	0	0
VII	5	9	1	1	0	0
VIII	4	0	0	33	0	2
IX	3	0	0	1	0	94
X	3	0	0	5	0	2
XI	3	1	0	1	0	166
XII	3	2	12	2	0	0

XIII	2	1	3	8	0	10
XIV	2	0	1	1	0	85
XV	2	2	1	6	0	4
XVI	2	0	1	10	0	52
XVII	1	2	3	13	0	4
XVIII	1	1	2	4	0	1
XIX	1	0	0	0	0	105
XX	1	18	7	2	0	3
Total	108	45	41	103	2	955

*Nota.* A frequência do descritor “Autoconhecimento” foi inserida novamente na coluna 2 para facilitar a análise pelo leitor

Considerando as agências menos citadas, o descritor “economi” foi encontrado em dois textos (V, IV), representando um total de 10% dos textos. Ambos apresentaram uma citação do descritor. Nestes textos, o termo “autoconhecimento” apareceu cinco vezes e nove vezes, respectivamente. Nesses dois textos, as menções à agência econômica não são seguidas de maiores considerações que permitem caracterizá-la ou identificar sua influência nos repertórios relacionados ao autoconhecimento. A agência econômica é citada, no texto V, junto com outras agências controladoras, para exemplificar formas de controle do comportamento em sociedade. Já no texto IV, a economia é citada como um exemplo dos setores da sociedade que foram afetados pela pandemia do COVID-19. As menções ao “autoconhecimento” não apareceram no contexto de citação da economia, portanto, não foi possível identificar uma relação mais explícita entre a agência econômica e o autoconhecimento na amostra selecionada.

Na sequência, na agência governamental, os descritores “govern” e/ou “lei” foram encontrados em 11 (55%) dos textos (XX, VII, IV, VI, XVII, XV, XII, XIII, V, XVII, XI), ordenados de acordo com o número de ocorrências do descritor em cada texto). Os textos que

mais se destacaram foram os textos XX, VII, IV, VI, com 18, nove, quatro e quatro citações dos descritores em cada obra, respectivamente. Nesses textos, o termo “autoconhecimento” foi mencionado, respectivamente, uma, cinco, nove e cinco vezes.

Avaliando esses textos que mais se destacaram, as menções à agência governamental foram apresentados com diferentes sentidos: i) a responsabilidade das instituições governamentais em atuar sobre casos de violência contra mulher e menções a Lei Maria da Penha (texto XX); ii) a influência dos sistemas de governo sobre a compreensão da liberdade humana (texto VII); iii) a agência governamental como exemplo de uma agência que forma o ambiente social e a cultura, bem como possibilidade das agências se configurarem como extensão uma das outras ou entrarem em conflito (texto IV); iv) agência governamental como um exemplo de controle do grupo e sua característica de manejar contingências que favorecem o controle por consequências remotas em detrimento das consequências imediatas (texto VI).

Percebe-se que, nas menções à agência governamental, há importantes descrições que definem e caracterizam as agências controladoras de maneira geral. No entanto, poucas considerações foram feitas sobre o controle específico da agência governamental. Até porque, quando foi citada, muitas vezes, encontrava-se ao lado das outras agências e as descrições que se seguiam eram aplicadas não somente à agência governamental, mas sim a todo o conjunto de agências (textos IV e VI). No texto XX, por outro lado, até foi especificado que a agência governamental é responsável por manejar contingências relacionadas à violência contra as mulheres. O texto argumenta como a violência contra as mulheres ainda ocorre com frequência e requer significativa intervenção das instituições em geral. Esse ponto resgata a importante crítica de que as agências acabam atuando de modo a beneficiar menos o indivíduo e mais a própria agência.

No texto VII, a agência governamental aparece no sentido de discutir os sistemas de governo e o uso das leis que podem cercear as ações humanas. Neste caso, ratifica-se o uso das

regras sobre o comportamento como uma das principais técnicas de controle das agências de controle, nesse caso, as leis criadas pelo governo. Para além disso, é discutido sobre as concepções teóricas, em especial como a atuação dos governos interfere ou não na possibilidade de liberdade humana. Todas essas considerações sobre a agência governamental não apareceram próximas ao conceito de autoconhecimento. Portanto, também não foi possível identificar relações mais explícitas entre a agência governamental e o autoconhecimento.

Dando seguimento, na agência religiosa, o descritor (“relig”) foi encontrado em 13 (65%) dos textos (XII, XX, IX, XI, XVII, XVIII, XII, XV, V, XIV, III, XVI). Os textos que mais se destacaram foram os textos XII, XX, IV, VI, com 12, sete, quatro e quatro citações do descritor em cada texto, respectivamente. Nesses textos, o termo “autoconhecimento” foi mencionado, respectivamente, três, uma, nove e cinco vezes.

Nesses textos de maior destaque, as menções à agência religiosa também ocorrem com conotações diversas: i) a religião juntamente com educação e governo são exemplos de agências que utilizam regras para estabelecer comportamentos operantes. A religião, em especial, tem a capacidade de fazer com que as pessoas e os grupos se engajem em comportamentos de baixa probabilidade, porém funcionais, que podem trazer benefícios a longo prazo para a sobrevivência da cultura. A religião também é apresentada como um ambiente para o surgimento de símbolos para que seu controle seja melhor efetivado (texto XII).

Apesar deste texto apresentar caracterizações mais específicas sobre a agência religiosa, não foi proposto como o controle dessa agência pode impactar no desenvolvimento de repertórios mais específicos, como o autoconhecimento; ii) a religião, por meio de suas práticas, como os discursos religiosos, textos sagrados, interpretações, práticas de exclusão e discriminação sexistas, podem ser variáveis importantes na manutenção da mulher em relacionamentos abusivos e violentos. Ao mesmo tempo, é citado a figura de um líder religioso

(representante da agência) como capaz de intervir em situações de violência e acolher vítimas (texto XX); iii) a religião como um exemplo de agência controladora cuja forma de controle pode operar em conflito ou em extensão com outra agência ou grupo (texto IV); iv) a religião como exemplo de agência que planeja reforçadores positivos e negativos para os comportamentos que consideram de seu interesse, com o intuito de gerar manutenção e sobrevivência da própria agência (texto VI).

Percebe-se que os textos IV e V apresentam descrições sobre agência religiosa bastante semelhantes à agência governamental, o que indica que a amostra ressalta mais os aspectos comuns entre as agências e menos o detalhamento de cada uma delas. Novamente, as menções ao autoconhecimento nesses textos não estavam próximas às agências, portanto não foi possível reconhecer relações mais diretas entre agência religiosa e autoconhecimento.

A descrição geral da amostra da literatura selecionada apresentada até esse ponto da análise evidencia que os textos que se destacaram na menção às agências governamental, econômica e religiosa não forneceram subsídios detalhados sobre seu funcionamento, tampouco sobre sua possível influência no autoconhecimento. Mesmo os fragmentos teóricos do texto, que acompanharam os descritores selecionados, não foram considerados relevantes para estabelecer a relação entre autoconhecimento e agências. Contudo, vale ressaltar que esse detalhamento não era o objetivo dos textos analisados, portanto, esse dado não significa que os textos não cumpriram com seus propósitos ou apresentaram falhas. Por outro lado, os textos que se destacaram nas agências a seguir apresentam mais elementos para estabelecer a relação buscada pela pesquisa.

A agência psicoterápica foi a segunda agência que mais se destacou no número de citações por texto e a que mais se destacou na soma total de citações da amostra. Os descritores “terap” e/ou “clínica” apareceram em 17 (85%) dos textos, estando ausentes apenas nos textos XII, VI e VII. Aqueles textos que mais se destacaram foram os textos V, XI, I, XIX, com 198,

166, 118 e 105 citações dos descritores em cada texto, respectivamente. Nessas obras, o termo “autoconhecimento” foi mencionado cinco, três, 27 e uma vez, respectivamente.

Os textos que mais destacaram no número de menções à agência apresentam proposições sobre: i) a psicoterapia para B. F. Skinner e Ferster (texto V); ii) uso das regras nas intervenções terapêuticas (texto XI); iii) investigações teóricas sobre o estabelecimento de objetivos para Análise do Comportamento Clínica (texto I); iv) análise dos episódios verbais entre terapeuta e cliente que foram categorizados como respostas verbais de esquiva e respostas verbais de bloqueio de esquiva (texto XIX).

Além da agência psicoterápica ter somado o maior número de menções gerais na amostra (955), as referências aos descritores em cada texto são acompanhadas de mais elementos argumentativos e considerações sobre a psicoterapia que permitem melhor caracterizar essa agência. Por esse motivo, mesmo que em segundo lugar no número de citações por texto, pode-se dizer que a agência psicoterápica foi a agência com maior expressividade da amostra selecionada. Além disso, foi possível reconhecer maiores proximidades entre o autoconhecimento e essa agência específica.

Por ter sido a agência de maior destaque e por ter aparecido em vários textos, uma seleção mais precisa foi feita, com o objetivo de identificar aqueles textos que ilustram de maneira mais detalhada o funcionamento da agência e sua forma de controle. Esses textos podem ser chamados de textos representativos da agência psicoterápica. Dessa forma, dois critérios foram elencados para a avaliação de um texto representativo da agência psicoterápica: definição de um número mínimo de 10 ocorrências dos descritores da agência (“clínica” + “terap”) e a avaliação do texto quanto ao seu pertencimento à literatura da Psicoterapia ou Psicologia Clínica. Para essa avaliação, além da leitura integral dos textos, foram avaliados, sobretudo, o tema, objetivo e as referências citadas pelo artigo. Assim, identificou-se que 10



textos (V, XI, I, XIX, IX, IV, XIV, XVI, II, XIII) são textos representativos da agência psicoterápica.

A definição dos textos como representativos da agência psicoterápica coincidiram com os 10 textos que mais citam os descritores relacionados à agência psicoterápica. Esse conjunto de textos considerados como representativos da agência psicoterápica inclui estudos de naturezas diferentes, tais como discussões teóricas e históricas (V, I, IV, XIV, II, XIII) e estudos derivados de experiências práticas (XI, XIX, IX, XVI).

Essa especificação dos textos de maior destaque da psicoterapia se fez importante, pois facilitou a visualização de que o tema do autoconhecimento ainda é bastante caro aos estudos da área de Psicologia Clínica. Isso porque, aliando os dados das Tabelas 3 e 4, é possível perceber que os textos que mais citam o autoconhecimento, portanto indicativos de desenvolverem mais sobre o tema, mencionam mais a psicoterapia, com exceção do texto III, que menciona apenas uma vez. Além desse dado, a identificação dos 10 textos como representativos da agência psicoterápica guiou a etapa seguinte de análise interpretativa no sentido de terem sido mais enfatizados nos momentos de investigação desta agência.

Por fim, a agência educacional foi a agência que mais se destacou no número de citações por texto, sendo que os descritores “educa” e/ou “escola” apareceram em 19 (95%) dos textos, estando ausente apenas no texto XIX. Os textos que mais se destacaram foram os textos VIII, XVII, XVI, XIII, com 33, 13, 10 e oito citações dos descritores, respectivamente. Nesses textos, o termo “autoconhecimento” apareceu quatro, uma, uma e duas vezes, respectivamente.

As principais temáticas relacionadas à agência educacional nesses textos referem-se a:

- i) práticas educativas e sua influência no autoconceito de crianças e adolescentes (texto VIII);
- ii) as instituições educacionais como exemplos de comunidade verbal que ensinam repertórios como a afetividade em relação ao outro (texto XVII);
- iii) as consequências do reforço livre presente nas práticas educacionais (texto XVII);
- iv) processo de avaliação e intervenção

terapêutica com uma criança com queixas relacionadas a Déficit em Habilidades Sociais, Timidez e Fobia Social (texto XVI); v) as instituições educacionais como exemplo de ambiente coercitivo para pessoas transgênero (texto XIII).

Ainda que essa tenha sido a agência que aparece em mais textos, percebe-se que o número de citações em cada texto é relativamente baixo. Em apenas quatro textos (20%), a agência é citada mais do que 10 vezes. Em relação à somatória total de aparição dos termos, a agência educacional soma 103. A maior parte das menções se referem a discussões em que o termo aparece de passagem ou serve de exemplificação para outra argumentação. Essa informação sugere que, embora a agência educacional apareça em mais textos, a busca por meio dos descritores “educa” e/ou “escola” retornou poucas considerações sobre essa agência.

A despeito dos descritores selecionados não terem fornecidos tantas informações sobre a agência educacional, foi possível perceber que, nesses textos, algumas considerações relevantes foram feitas sobre as práticas familiares, especialmente sobre suas influências nos repertórios individuais, geralmente de crianças e adolescentes. Se a inclusão do grupo familiar também como uma agência controladora for considerada, como sugere Todorov (2020), os subsídios para a presente discussão se ampliam. Nesse caso, até mesmo outros textos que se destacaram na agência psicoterápica puderam acrescentar na discussão sobre as práticas familiares (textos IV, XVII, XVI, VIII, XVIII). A análise interpretativa irá expor como a família foi considerada pela amostra, ora como uma agência controladora específica, ora como uma extensão de outras agências, como a educacional. Por fim, além da família, uma nova agência controladora foi identificada, a indústria biomédica (texto II). As considerações sobre essa agência também foram úteis para a descrição do funcionamento geral das agências e sua influência nos repertórios individuais.

Em síntese, a discussão das agências controladoras segundo as identificações de Skinner (1953/2003), como foi mostrado nessa breve apreciação, permitiu concluir que apenas

a agência psicoterápica e a agência educacional forneceram maiores subsídios para responder ao objetivo de pesquisa sobre a relação do autoconhecimento com as agências controladoras. As agências governamental, econômica e religiosa, como dito, geralmente são citadas apenas como exemplificação da definição de agência e poucas caracterizações sobre cada uma delas foram feitas, especialmente de modo a possibilitar uma relação ou identificação de influência sobre o autoconhecimento. A inclusão do grupo familiar como parte da atuação das agências controladoras e a identificação da indústria biomédica como agência também contribuíram para o esclarecimento da relação entre autoconhecimento e agências de controle.

### **Análise interpretativa**

Nesta seção de análise interpretativa, será apresentada uma apreciação sobre como os textos da amostra selecionada abordam e contextualizam o conceito de autoconhecimento, as agências controladoras e as possíveis relações entre os dois termos. Inicialmente, a primeira subseção apresenta os tópicos relacionados ao autoconhecimento. Será feita uma avaliação dos autores mais citados na conceituação do autoconhecimento e na sequência propõe-se uma definição básica do termo fundamentado na literatura analisada.

A análise segue discutindo os desdobramentos dessa definição, em especial, a possibilidade do autoconhecimento se apresentar em tipos ou níveis distintos. Esses tipos e níveis podem ser nomeados de: *autoconhecimento deficiente*; *autoconhecimento da cultura*; *autoconhecimento das sensações corporais*; *autoconhecimento das relações coercitivas*; e *autoconhecimento das regras e autorregras*. Por fim, destaca-se a relação do autoconhecimento com a psicoterapia. Todos esses pontos representam os subsídios fornecidos pela literatura analisada quanto à origem e influência do ambiente social sobre o autoconhecimento.

Na subseção seguinte, a análise prioriza os tópicos relacionados às agências controladoras que foram apresentados pela amostra. Nessa etapa, retoma-se os pontos centrais de B. F. Skinner que foram citados e identifica-se as agências controladoras que foram mais representativas na literatura, sendo elas: agência educacional familiar, indústria biomédica e psicoterapia. Na sequência, serão discutidos os tópicos que mais se destacaram na prática dessas agências, como as explicações sobre o comportamento fornecidas por cada agência e o uso das regras. Um foco maior foi destinado à agência psicoterapia, especialmente sobre seu aspecto político. Todos esses pontos representam a etapa da análise de investigação dos segmentos do ambiente social que foram considerados relevantes para o desenvolvimento do autoconhecimento.

Por fim, um tópico de síntese foi desenvolvido relacionando as duas subseções anteriores. A síntese consiste em uma retomada dos principais pontos apresentados e uma proposta final de interpretação sobre a influência das práticas das agências no desenvolvimento dos tipos específicos de autoconhecimento que foram apresentados.

### **Autoconhecimento**

Na literatura selecionada, foi possível considerar que, de maneira geral, o conceito de autoconhecimento é apresentado de maneira alinhada com o Comportamentalismo Radical de B. F. Skinner. Aliás, quando se tratava em definir autoconhecimento, o autor e as referências mais citadas foram obras de Skinner (1953, 1957, 1969, 1974, 1978, 1989). De todo modo, apareceram também outros autores e autoras na fundamentação do autoconhecimento, como Micheletto e Sérgio (1993), Tourinho (1995, 2009), Guilhardi (1999, 2015), Marçal (2004, 2005) e Medeiros (2010).

Em uma rápida investigação nesses textos de fonte secundária, percebe-se que B. F. Skinner continua como a principal referência. Essa fundamentação no autor aparece em citações diretas de suas obras ou em descrições sobre autoconhecimento que foram avaliadas como coerentes com a proposta skinneriana, como um exemplo do texto de Micheletto e Sérgio (1993) que diz:

Deve-se ressaltar que Skinner afirma o auto-conhecimento [*sic*] como a possibilidade de um tipo especial de conhecimento. Como fruto de contingências sociais os homens podem descrever seus comportamentos, sentimentos e as relações entre seus comportamentos, sentimentos e o ambiente; estas descrições podem se referir a eventos passados, presentes e futuros. Para Skinner, o auto-conhecimento [*sic*] é sinônimo de consciência, podendo haver diferentes graus de consciência correspondendo à quantidade e ao tipo de elementos envolvidos na descrição. (p. 19)

A citação apresenta importantes elementos sobre o autoconhecimento, tais como sua gênese pelas contingências sociais, sua visualização em termos de descrição de comportamentos e a possibilidade de níveis de autoconhecimento. Todos esses elementos foram mencionados em textos da amostra da literatura e foram desenvolvidos nesta análise. Outros autores também citados como referência para a definição do autoconhecimento foram Kohlenberg e Tsai (1996/2001). O trecho citado dessa referência diz respeito a uma definição de consciência que foi utilizada por Zin, Gama e Reis (2022) [XIII] na argumentação do autoconhecimento: “a consciência é a observação de nosso próprio comportamento tal qual o podemos descrever. Isso é também entendido como auto-conhecimento” (Kohlenberg & Tsai, 1996/2001, pp. 154-155). Em uma incursão inicial por esse texto referenciado, compreende-se também que a definição sobre consciência é coerente com o referencial skinneriano aqui utilizado.

Outra especificidade da amostra sobre a definição de autoconhecimento foi a relação que Rocha, Ingberman e Breus (2011) [VIII] traçaram com o termo “autoconceito”. As autoras definem-no como “a percepção que a pessoa tem sobre si mesma e que é resultante de sua interação com o ambiente” (p. 89). É argumentado que essa percepção é influenciada principalmente pelos reforços ambientais e por pessoas significativas do convívio do indivíduo. As autoras afirmam, ainda, que o autoconceito é um comportamento verbal autodescritivo, portanto também pode ser considerado um tipo de autoconhecimento.

Pela argumentação apresentada sobre o autoconceito, reconhece-se que, de fato, o termo envolve a descrição sobre si próprio, e, por isso, foi adequadamente relacionado com o autoconhecimento. No entanto, o autoconceito parece incluir um aspecto mais valorativo nessa descrição. Quer dizer que há a possibilidade da descrição de si próprio ser “positiva” ou “negativa”, quando ressalta atributos culturalmente considerados satisfatórios para o indivíduo e seu ambiente, no primeiro caso, e não benéficos para si e para os outros, no segundo caso.

O escopo desta pesquisa não abrange uma análise mais detalhada do autoconceito, mas se concentra nas relações propostas com o autoconhecimento. Nesse sentido, nos trechos de relação do autoconceito com o autoconhecimento, foram examinadas a definição atribuída ao segundo termo e os elementos do ambiente social que foram contemplados como importantes no desenvolvimento desse repertório. Dessa forma, foi possível reconhecer que o texto de Rocha et al. (2011) [VIII] também está alinhado às demais definições de autoconhecimento, uma vez que argumenta sobre sua condição de comportamento verbal autodescritivo e reconhece a sensibilidade do autoconhecimento com ambiente social, em especial dos cuidadores familiares.

Em uma tentativa de sintetizar as considerações mais recorrentes em relação ao autoconhecimento apresentadas pela amostra, um possível esboço de definição geral para o termo pode ser: um repertório comportamental verbal de descrição de respostas públicas e/ou

privadas do indivíduo, bem como das variáveis que controlam essas respostas (Rocha et al., 2011 [VIII]; Pimentel et al., 2012 [VI]; Guilhardi, 2018 [XVII]; Malacrida & Laurenti, 2018 [III]; Júnior & Córdova, 2019 [X]; Zin et al., 2022 [XIII]). Essa definição de autoconhecimento, que pode ser sustentada pela amostra analisada, reitera importantes desdobramentos para a compreensão do autoconhecimento também como uma discussão política. Primeiramente, reafirmar-se que, como um comportamento verbal, o autoconhecimento será desenvolvido nas relações sociais dos indivíduos (Skinner, 1953/2003; 1974/2006, 1981). Segundamente, que a diversidade de arranjos e tipos de controle presentes nessas relações sociais abre espaço para diferentes formas do autoconhecimento se apresentarem no repertório comportamental dos indivíduos.

Esses dois desdobramentos lançam luz sobre um tópico presente na literatura analisada que fundamenta a discussão do autoconhecimento também em um campo político: os níveis ou tipos diferentes de autoconhecimento (Pimentel et al., 2012 [VI]; Malacrida & Laurenti, 2018 [III]; Zin et al., 2022 [XIII]). Esses níveis ou tipos diferentes de autoconhecimento se referem à ampla possibilidade de se descrever segmentos da relação entre o indivíduo e o ambiente, como, por exemplo, a topografia da resposta (i.e., como a pessoa age), as condições antecedentes (i.e., em que ocasião a pessoa age), e as consequências, (i.e., por que a pessoa age) (Malacrida & Laurenti, 2018 [III]). A descrição de cada um desses aspectos da relação comportamental pode ter diferentes utilidades a depender do seu contexto. Além disso, os diversos contextos sociais podem gerar discriminações diferenciadas de aspectos sutis do indivíduo, como, por exemplo, de respostas não públicas do indivíduo. Em suma, é possível sustentar que a amostra reconhece que diferentes contextos sociais podem gerar atenção às variadas sutilezas da relação do sujeito com o mundo e com o seu próprio corpo. Isso parece reiterar o que Skinner (1974/2006) declarou com: “diferentes comunidades geram tipos e

quantidades diferentes de autoconhecimento e diferentes maneiras de uma pessoa explicar-se a si mesma e aos outros” (p. 146).

A possibilidade da comunidade gerar tipos ou níveis distintos de autoconhecimento pode se apresentar de diferentes formas, sendo uma delas o *autoconhecimento deficiente*. Referenciando Skinner (1953/2003), Cassas e Luna (2019) [V] mencionam o autoconhecimento deficiente no contexto de discussão acerca dos subprodutos do controle das agências controladoras. Sem aprofundar nesse aspecto, o texto retoma como controle punitivo presente nas práticas das agências pode gerar diversos subprodutos, como a possibilidade do indivíduo reagir de forma ineficiente aos estímulos gerados pelo próprio comportamento (i.e., ter um autoconhecimento deficiente).

O autoconhecimento deficiente também aparece em Gouveia et al. (2017) [XIX], porém, com enfoque no contexto clínico. As autoras esclarecem que algumas interações verbais entre psicoterapeuta e cliente podem ter função aversiva para este segundo. No entanto, Gouveia et al. (2017) [XIX] defendem que a frequente evitação dessas interações pode prejudicar o repertório de autoconhecimento: “o comportamento de esquiva restringe o repertório do indivíduo. Ao evitar entrar em contato com eventos privados aversivos e situações potencialmente aversivas, perdem-se os benefícios do autoconhecimento e o contato com reforçadores positivos” (p. 33).

Para uma melhor compreensão do autoconhecimento deficiente, apresentado por Cassas e Luna (2019) [V] e Gouveia et al. (2017) [XIX], é possível retomar Skinner (1953/2003), quando esclarece que a punição do comportamento pode gerar respostas discriminativas deficientes ou inexatas e discursos distorcidos sobre o próprio comportamento do indivíduo. No primeiro caso, respostas deficientes ou inexatas referem-se a situações em que o indivíduo não reage ou “não presta atenção” em um estímulo específico. Skinner (1953/2003) cita o exemplo de uma pessoa que não vê um objeto muito evidente, possivelmente por este ter tido



uma função aversiva na sua história de vida. Outro exemplo mencionado é o de uma criança que não presta atenção em seu pai, envolvendo-se em comportamentos com a função de evitar a possível estimulação aversiva proveniente dele.

Já os discursos distorcidos sobre o próprio comportamento dizem respeito a certas ênfases da autodescrição, que também tem como função a fuga de estímulos aversivos. Exemplos dessa condição podem ser visualizados no que, convencionalmente, se chama de discursos com “delírios de grandeza”, “exaltação” ou “orgulho excessivo” (Skinner, 1953/2003). Esses tipos de discursos sobre o próprio comportamento podem ter sido selecionados no sentido de auxiliar o indivíduo a fugir de uma estimulação aversiva do ambiente, como a punição social por “incompetência” ou “covardia”, por exemplo. Essa identificação de Skinner (1953/2003) auxilia na compreensão do autoconhecimento deficiente, sugerindo que a resposta ineficiente aos estímulos decorrentes do próprio comportamento, indicados por Casas e Luna (2019) [V], está relacionada a essa condição de respostas discriminativas deficientes ou inexatas e os discursos distorcidos.

O autoconhecimento deficiente também explica o que, convencionalmente, se diz sobre a condição de pessoas terem um “desconhecimento de si” ou sobre a busca do “verdadeiro eu”. Skinner (1989/1995) identifica que essa busca por um eu que supostamente está escondido pode ser justamente um dos efeitos da punição. Isso porque, um comportamento punido, além da diminuição de sua frequência, pode ser acompanhado por supressão geral de classes de respostas associadas a ele. Esse efeito pode ocultar, tanto da pessoa que se comporta quanto dos membros de sua comunidade verbal, os comportamentos e suas relações de contingência com variáveis ambientais. Se o autoconhecimento é produto de contingências sociais e, mais especificamente, de perguntas que a comunidade verbal faz sobre o comportamento do indivíduo, um comportamento pouco frequente terá menos chances de ser conhecido. Nesse

caso, é possível compreender que a tradicional busca pelo “verdadeiro eu” pode ser encontrada nas relações históricas entre sujeito e ambiente e não propriamente “dentro” de algum lugar.

Com essas declarações, neste ponto da análise, é possível considerar que o autoconhecimento deficiente é um tipo de autoconhecimento resultante da punição, em especial um efeito da fuga da estimulação aversiva (Cassas & Luna, 2019 [V]; Gouveia et al., 2017 [XIX]). Para além dessa definição, a compreensão do autoconhecimento deficiente também pode ser ampliada. Skinner (1974/2006) cita o autoconhecimento deficiente com ênfase no conhecimento sobre o próprio corpo. O autor utiliza o termo autoconhecimento também para se referir ao conhecimento do próprio corpo e, ainda, aponta que este repertório pode ser deficiente duas condições: quando há falha da comunidade verbal em estabelecer o comportamento autodescritivo sob controle preciso de estímulos privados e pela pouca evolução do sistema nervoso de modo que fique sob controle de partes importantes do corpo. Sobre essa segunda condição, isto é, a concepção de autoconhecimento deficiente como imprecisão do sistema nervoso, apenas o texto de Malacrida e Laurenti (2018) [III] a menciona:

Não há um sistema nervoso cujas inervações alcancem especificamente todas as partes do corpo. Isso impede que o sujeito consiga sentir seu corpo da mesma forma como sente o mundo externo (“fora da pele”). O indivíduo não pode, por exemplo, sentir o sangue que corre em suas veias, e nem se o faz rápido ou devagar, ou se seu estômago está digerindo o que come, visto que não existem terminações nervosas específicas para todas as regiões do corpo. (p. 72)

As mesmas autoras também comentam sobre a primeira condição do autoconhecimento deficiente apresentado por Skinner (1974/2006), isto é, a dificuldade da comunidade em ensinar um autoconhecimento que seja preciso em relação aos estímulos privados. Esse tópico foi, também, bastante desenvolvido pela literatura analítico-comportamental (Corrêa et al.,

2014; De Rose, 1982; Neto & Lettieri, 2018; Skinner, 1945; Tourinho, 1995; Zanuto & Laurenti, 2018). Em geral, concorda-se que pela inacessibilidade da comunidade aos estímulos privados e a dificuldade de concordância entre as condições corporais e os eventos públicos que as geraram, esse tipo de autoconhecimento sempre apresentará limitações. Por conta dessa limitação, a comunidade verbal recorre a estratégias que, em geral, referem-se a inferências sobre as sensações dos indivíduos a partir de estímulos públicos. Skinner (1945) detalha essas estratégias em quatro tópicos: estabelecimento de uma relação entre estímulo público e privado; inferência do estímulo privado a partir de respostas colaterais, geralmente incondicionadas e não verbais; reforçamento instrucional sobre as manifestações visíveis do comportamento do falante que se relacionam com os estímulos proprioceptivos adicionais; e princípios de transferência ou indução de estímulo (i.e., uso de metáforas).

Para o escopo deste trabalho, o que mais vale destacar nessa discussão é o que se pode considerar como mais um tipo de autoconhecimento, a saber, a possibilidade de autodescrição das sensações corporais. Apesar dessa autodescrição apresentar limitações, reconhece-se que o autoconhecimento também pode envolver, com maior ou menor grau de precisão, a descrição desse tipo de estímulos. Logo, é possível falar também em um tipo de autoconhecimento específico: aquele que enfatiza as sensações corporais.

O autoconhecimento como descrição das sensações corporais também apareceu em Guilhardi (2018) [XVII]: “Falamos, então, em autoconhecimento: a pessoa identifica o que sente ou como se comporta, relaciona tal sentir e comportar-se com as contingências de reforçamento das quais são função e as nomeia, utilizando termos convencionados pela comunidade verbal” (p. 189). A citação indica que o repertório de autoconhecimento envolve tanto as sensações corporais (i.e., sentir) quanto as outras respostas do indivíduo (i.e., comportar-se), corroborando com a definição geral de autoconhecimento apresentada pela amostra.

Retornando a compreensão de autoconhecimento deficiente, a partir dessas novas declarações, é possível afirmar que esse tipo de autoconhecimento pode ser fruto de duas possibilidades: da imprecisão do sistema nervoso e de determinadas práticas do ambiente social. Essa segunda condição, por sua vez, foi a que a amostra da literatura apresentou maiores subsídios. As práticas do ambiente social que podem gerar um autoconhecimento deficiente são aquelas que envolvem o uso da estimulação aversiva e o ensino de comportamento autodescritivo sob controle de estímulos privados que, por sua natureza, apresenta limitações. A influência dessas práticas no indivíduo pode se manifestar por meio da diminuição do seu contato com os estímulos gerados pelo seu próprio comportamento, em respostas discriminativas deficientes ou inexatas e nos discursos distorcidos sobre o próprio comportamento.

Até esse ponto da análise, foi indicado como os tipos ou níveis do autoconhecimento podem manifestar-se pelo autoconhecimento deficiente, fruto de práticas de controle aversivo e fruto da dificuldade de ensino da autodescrição. No autoconhecimento deficiente, foi enfatizado como o ambiente tem relação com o desenvolvimento do autoconhecimento no sentido de torná-lo inexato ou impreciso. No bojo da discussão do autoconhecimento deficiente, encontra-se, nos textos de Malacrida e Laurenti (2018) [III] e Guilhardi (2018) [XVII], fundamentos que consideram um tipo de autoconhecimento que, apesar de suas limitações, pode ter como conteúdo descritivo as sensações corporais.

A possibilidade desse tipo de autoconhecimento que prioriza as sensações corporais reafirma a capacidade do ambiente social de enfatizar diferentes variáveis que atuam sobre o repertório comportamental. Em outras palavras, a possibilidade de se desenvolver tipos de autoconhecimento diferentes nos indivíduos demonstra a diversidade de arranjos e formas de controle presentes nas relações sociais, reiterando um dos principais desdobramentos da definição de autoconhecimento que foi apresentada no início da análise (Rocha et al., 2011

[VIII]; Guilhardi, 2018 [XVII]; Pereira, et al., 2018 [XX]; De Rose, 2016 [XII]) Júnior e Córdova, 2019 [X].

A possibilidade do ambiente social estabelecer diferentes contingências para o desenvolvimento do autoconhecimento, e, nesse sentido, o indivíduo atentar-se a distintos aspectos do seu comportamento, parece também abarcar um tipo específico de conhecimento de si: o (re)conhecimento da própria cultura. Isso é o que parece estar presente em Laurenti e Lopes (2022) [XVIII], quando mencionam o autoconhecimento para se referir à forma como o brasileiro identifica a própria realidade cultural. Em especial, é citado o “mito da brasilidade” como uma prática cultural dominante compartilhada pelos brasileiros e que é disseminada pela família, mídia, indústria do entretenimento e outras instituições:

O mito da brasilidade é nosso “senso comum”, no sentido de ser o tipo de “autoconhecimento” compartilhado por praticamente todos(as) aqueles(as) que nasceram e se desenvolveram em nossa sociedade. A família, a mídia, a indústria do entretenimento, e outras instituições culturais transmitem (Souza, 2020) esse mito de forma quase uníssona, tornando-o uma prática cultural dominante. (p. 31)

O autoconhecimento sendo colocado para se referir ao (re)conhecimento da própria realidade cultural parece resgatar um aspecto importante e, em geral, pouco ressaltado na amostra de textos. Mesmo com a existência de certo consenso em relação à definição de autoconhecimento como um repertório de conhecimento (i.e., de descrição) do próprio comportamento, da topografia do comportamento e das variáveis que esse comportamento é função, em geral pouco se ressalta o conhecimento das variáveis culturais às quais o indivíduo está exposto. Se o indivíduo é fruto do complexo entrelaçamento de três histórias, dentre elas a história da cultura (Skinner, 1981), parece pertinente que o autoconhecimento também tenha, no seu conteúdo descritivo, a realidade cultural em que se vive.

Outra especificidade do material analisado que parece ter alguma aproximação com a discussão do reconhecimento da realidade cultural como parte do autoconhecimento, segue-se da relação que Júnior e Córdova (2019) [X] propõem sobre Paulo Freire e B. F. Skinner, em especial sobre os conceitos de conscientização e autoconhecimento. O conceito de conscientização de Paulo Freire é definido como uma forma do sujeito interagir com seu próprio contexto, de modo que o permita um olhar crítico e instrumentalizador de sua realidade a partir de sua história. Em Skinner, é ressaltado o conceito de consciência quanto ao seu aspecto da relação comportamental em que o indivíduo torna-se sensível a algum estímulo do seu mundo. O processo de tornar-se consciente, na visão skinneriana, pode ser aproximado com o processo de conscientização de Freire, uma vez que tanto o estar sensível aos aspectos do mundo, quanto o olhar crítico e instrumentalizador, em última instância, só se concretizam em uma ação.

No caso, Júnior e Córdova (2019) [X] argumentam que é possível estar sensível ou agir em relação ao que foi historicamente constituído, ao que está em constante transformação, ao que é selecionado em diferentes níveis por um ambiente social e ao que é controlado pela natureza e pelo outro. Ainda, constata-se que nos dois autores, esse processo de estar sensível a algo do mundo é resultado de uma mediação com o outro, isto é, de uma aprendizagem social. A citação seguinte ilustra um trecho de aproximação entre os dois autores:

Até então, vimos que a conscientização pode ser compreendida de uma perspectiva comportamentalista como um processo no qual a comunidade ensina o sujeito a estar sensível ao seu próprio comportamento em relação ao ambiente, e comportar-se efetivamente a partir desta sensibilidade. (Júnior & Córdova, 2019, pp. 534-535) [X]

A noção de comportar-se efetivamente lembra uma das principais implicações práticas do autoconhecimento, que é sua possibilidade de promover mais condições do indivíduo atuar sobre o mundo. Laurenti e Lopes (2022) [XVIII] e Júnior e Córdova (2019) [X] destacaram

que uma das facetas do autoconhecimento é o (re)conhecimento e a atuação no ambiente social e cultural. Nesse sentido, pode-se considerar que um possível tipo de autoconhecimento é este que envolve a descrição das variáveis culturais que atuam sobre o comportamento. O reconhecimento do autoconhecimento nesses termos é outro aspecto do conceito que permite aplicá-lo também a uma discussão de nível político.

O comportar-se efetivamente também aproxima da discussão o conceito de autocontrole. Como já explicitado, a relação entre autoconhecimento e autocontrole é também bastante clara para B. F. Skinner: “o autoconhecimento possui valor para o próprio indivíduo. Uma pessoa que ‘tem consciência de si mesma’ por meio de questões que lhe foram feitas está em uma melhor posição para prever e controlar o próprio comportamento” (Skinner, 1974/2006, p. 31). A proximidade entre esses dois comportamentos se confere porque, à medida em que o indivíduo consegue discriminar e descrever as variáveis que controlam seu comportamento, mais apto ele está para modificar esse comportamento. Skinner (1969/1984) também ilustra sua posição sobre o autoconhecimento ser um importante precursor do autocontrole: “ela [a ciência do comportamento] tem sugerido maneiras melhores para ensinar o autoconhecimento e o autocontrole, que depende do autoconhecimento” (p. 245).

A proximidade entre esses dois conceitos ficou também bastante evidente na literatura analisada (Bissoli, Fonseca & Sousa, 2020 [IV]; Cassas & Luna, 2019 [V]; Malacrida & Laurenti, 2018 [III]; Paula & Laurenti, 2020 [VII]). A relação entre autoconhecimento e autocontrole foi apresentada especialmente em discussões envolvendo o contexto psicoterápico. Bissoli et al. (2021) [IV], por exemplo, destacam que esses repertórios são construídos na prática da psicoterapia e são importantes para que se concretizem mudanças no contexto do indivíduo: “com esses repertórios adquiridos, além do indivíduo passar a ser capaz de descrever as relações de contingências em vigor na sua vida, também, pode passar a planejar mudanças em sua vida” (Bissoli et al., 2021, p. 185) [IV].

Em Cassas e Luna (2019) [V], a psicoterapia também é apresentada como um contexto que propicia o desenvolvimento desses dois repertórios. Os autores definem a relação entre autoconhecimento e autocontrole como a capacidade de o indivíduo descrever relações funcionais das situações em que vive e propor e planejar mudanças para diminuir a condição aversiva em que se encontra, como mostra a citação:

A terapia procura, assim, mudança não apenas no comportamento do cliente, mas também nas condições que propiciaram esse comportamento. Dessa forma, não está preocupada apenas com mudanças importantes para o cliente, mas, por meio da mudança do comportamento dele, produz mudanças importantes para o contexto em que o cliente está inserido. A proposta tem, como foco da intervenção, a mudança do cliente em seu mundo fora do setting clínico, ensinando-o a estabelecer relações funcionais sobre o seu próprio comportamento, ensinando-o respostas de planejamento e, conseqüentemente, de autocontrole, de maneira que seja possível uma mudança duradoura em sua vida cotidiana (Cassas & Luna, 2019, p. 76) [V].

Para além do contexto psicoterápico, a aproximação entre autoconhecimento e autocontrole também tem implicações sociais que ultrapassam os ganhos terapêuticos individuais. Isso porque, a depender das modificações do comportamento empreendidas pelo indivíduo, uma parte significativa do contexto social pode também ser afetada. Pelo menos é o que Bissoli et al. (2021) [IV], em especial, procuram enfatizar quando ressaltam o papel da clínica comportamental no enfrentamento da pandemia do COVID-19, momento em que as medidas de prevenção da doença dependiam de comportamentos individuais que tinham claras implicações para o grupo, como mostra o trecho:

a clínica comportamental mostra-se de extrema importância nesse momento de pandemia, já que a sua ênfase vai além das mudanças nos comportamentos do cliente,



se interessa também pelas mudanças que o comportamento produz no contexto em que o indivíduo está inserido. (Bissoli et al., 2021, p. 185) [IV]

A noção de que o autoconhecimento facilita a efetivação do autocontrole para a modificação de condições aversivas também aproxima outro conceito presente em alguns textos analisados: o contracontrole (Santos, Garbelotti & Lopes, 2016 [XV]; Ferreira et al., 2022 [II]). Essa relação pode ser observada primeiramente em Santos et al. (2016) [XV], que revisaram estudos abordando o conceito de contracontrole e avaliam se a proposta de J. G. Holland, sobre as implicações políticas desse conceito, tem sido considerada na literatura. O artigo expõe diferentes usos do termo contracontrole e muitos deles com concepções apolíticas do termo, se distanciando, assim, da proposta de Holland. De todo modo, ao esclarecem o que seria uma concepção política do contracontrole, mencionam o autoconhecimento e o autocontrole:

Por outro lado, o sentido político de contracontrole parece exigir um repertório mais elaborado, que depende de contingências sociais especiais, responsáveis pelo autocontrole (uma vez que o contracontrole dificilmente suprime imediatamente a condição aversiva, e muitas vezes pode até torná-la mais intensa) e pelo autoconhecimento (uma vez que a efetividade do contracontrole depende que o controlado discrimine as contingências que estão controlando o comportamento, os agentes controladores, as agências de controle envolvidas e assim por diante). (Santos et al., 2016, pp. 69-70) [XV]

A citação aponta que a efetivação do contracontrole depende, em certa medida, do autoconhecimento e do autocontrole. Nesse caso, o autoconhecimento possibilita que o indivíduo discrimine as contingências que estão controlando o comportamento, os agentes controladores e as agências de controle, enquanto o autocontrole parece ser importante uma vez que nem sempre o contracontrole terá efeitos imediatos em uma condição aversiva.

Santos et al. (2016) [XV] apontam ainda que as referências analisadas que apresentam concepções políticas do contracontrole se referem a situações de contracontrole relacionadas a instituições ou agências de controle. Também são apresentados os usos do contracontrole com sentido político para se referir a relações face-a-face no contexto de relações conflituosas ou injustas. Dessa forma, pode-se admitir que o autoconhecimento é importante para que se efetive um tipo de controle capaz de atuar em relações de controle conflituosas, injustas e desiguais nas relações humanas em geral e nas agências de controle.

Ferreira et al. (2022) [II] também indicam a possibilidade de contracontrole por meio do autoconhecimento, em especial, o contracontrole sobre as práticas medicalizantes. Para os autores, o autoconhecimento está relacionado a uma deliberação e capacidade reflexiva de julgamento do indivíduo sobre o próprio repertório. É este processo que permitirá a efetivação do contracontrole de práticas medicalizantes consideradas não virtuosas:

é imprescindível notar que a Medicalização só pôde ser considerada virtuosa na medida em que o protagonista realizou uma deliberação acerca do pertencimento de seu repertório atual a um domínio de valor específico. A noção de deliberação envolve a capacidade reflexiva de julgamento acerca do próprio repertório. Em uma expressão: exige o autoconhecimento. (Ferreira et al., 2022, p. 79) [II]

Para alcançar esse objetivo de contracontrole das práticas medicalizantes, os autores mencionam o autoconhecimento como a realização de avaliações funcionais acerca da gênese do seu próprio repertório. Um desdobramento desse autoconhecimento é a maior capacidade de contracontrole do indivíduo, uma vez que, quanto mais familiar se tornam os processos comportamentais, mais condições se tem de lidar com aquilo que pode ser usado contra si.

Além do autocontrole e do contracontrole, a literatura analisada também permitiu uma aproximação do conceito de liberdade na discussão do autoconhecimento (Paula & Laurenti, 2020 [VII]; Pimentel et al., 2012 [VI]). Paula e Laurenti (2020) [VII], ao apresentarem

acepções tradicionais sobre o conceito de liberdade, discorrem sobre a “liberdade negativa”, sendo um tipo de compreensão da liberdade que se concretiza quando não há nenhuma interferência ou coação dos outros. Em outras palavras, seria livre aquele que age sem impedimentos.

Essa acepção tradicional de liberdade também é comentada por Skinner (1971/1973). O autor discute como essa perspectiva pode ser equivocada, uma vez que o que ela considera como impedimento para a liberdade são certas formas de controle específicas que, se aniquiladas, deixariam o indivíduo finalmente livre. Como exemplo, torna-se evidente que em um sistema tirânico, no qual um líder executa e persegue a população, os indivíduos não considerados são livres. Logo, se eliminarem o tirano ou suas práticas, serão livres. No entanto, o equívoco que Skinner indica é que esse tipo de busca pela liberdade considera a eliminação apenas das práticas de controle aversivo. Nesse caso, a noção de controle coercitivo parece abarcar uma forma mais complexa de controle que justifica a problemática apontada pelo autor. Isso porque, mesmo aniquilando as práticas de controle aversivo, outras formas de controle igualmente danosas para os indivíduos podem permanecer, até mesmo em regimes democráticos. Essas são as práticas de reforçamento positivo imediato com consequências aversivas tardias, que podem gerar o que Skinner (1971/1973) chamou de “escravo feliz”. Paula e Laurenti (2020) [VII] esclarecem que práticas com esse tipo de controle podem provocar uma sensação de liberdade. Quer dizer que o indivíduo pode sentir-se livre, mas ainda está submetido a uma relação coercitiva. Fala-se aqui, então, em liberdade como um sentimento. Sente-se livre, mas sua ação ainda está proporcionando mais benefícios a outros do que a si.

Contrário a essa concepção, a liberdade que Skinner propõe não diz respeito a libertar o homem do controle, no sentido de um agir sem influências - especialmente de influências de outras pessoas, dado a quase ubiquidade das contingências sociais na vida humana -, mas sim libertar de certos tipos de controle, em geral, do controle coercitivo. Em primeiro lugar, isso se

sustenta pela inevitabilidade do controle do comportamento, uma vez que não há como se falar em um comportamento livre de influências. Em segundo lugar, é impossível livrar-se totalmente do controle aversivo, já que esse tipo de controle faz parte da relação do indivíduo com o mundo natural e social. Agora, quando o controle aversivo é usado intencionalmente para que o outro se comporte de determinada maneira que traga mais benefícios para quem emprega o controle do que para o outro ou então quando envolve reforçamento positivo imediato com consequências aversivas tardias, fala-se em coerção ou relação coercitiva. É a esse tipo de controle que Skinner propõe a luta para se alcançar a liberdade (Paula & Laurenti, 2020 [VII]; Skinner, 1971/1973).

O caminho para a concretização dessa liberdade não é a busca de um agir sem impedimentos, mas sim o (re)conhecimento das formas de controle que afetam o comportamento e a possibilidade de redirecionar um caminho de ação. Quer dizer que a análise das contingências que produzem ou mantêm seu próprio comportamento (i.e., autoconhecimento) tem uma relação direta com a busca de liberdade. Aliás, é justamente essa possibilidade de o indivíduo identificar as variáveis controladoras do seu próprio comportamento que aumentam as chances desses comportamentos produzirem consequências reforçadoras positivas para o indivíduo e não apenas para outros em maiores posições de poder (Paula & Laurenti, 2020).

Paula e Laurenti (2020) [VII] e Pimentel et al. (2012) [VI] fundamentam-se em Skinner (1968/1972, 1971/1973) para sustentar essa tese da liberdade como a possibilidade de o indivíduo permanecer agente do seu próprio comportamento, no sentido de poder verificar as formas de controle exercidas pelo meio e redirecionar sua própria ação. Fica claro aqui que a versão comportamentalista radical sobre a liberdade terá o autocontrole e o autoconhecimento como suas bases. Em outros termos, a liberdade, no sentido skinneriano, é possibilitada pelas contingências verbais que produzem autodescrição e autogoverno, que são também outros

repertórios relacionados ao autoconhecimento (Brandenburg & Weber, 2005; Malacrida & Laurenti, 2018 [III]).

De todo modo, uma vez esclarecido que a noção do controle aversivo como impedimento para a liberdade apresenta limitações, a alternativa do reconhecimento das relações coercitivas - e não apenas aversivas – a que se está submetido pode apresentar desafios. Não por acaso, relações coercitivas presentes, por exemplo, nas agências controladoras, procuram ocultar as variáveis contextuais nas explicações do comportamento, criando narrativas e explicações que ofuscam as relações de controle. Esse tipo de conduta é o que parece “limitar” a liberdade humana, no sentido de que o sujeito terá menos condições de identificar as causas e influências de seu comportamento.

De todo modo, pode-se admitir que o autoconhecimento faz parte do enfrentamento das relações coercitivas, uma vez que esse comportamento se refere à identificação de influências sobre seu próprio comportamento. Dito de outra maneira, é possível pontuar mais um tipo de autoconhecimento: aquele que visa o (re)conhecimento das relações coercitivas. Contudo, em muitos casos, essa identificação envolve estímulos provenientes de outras pessoas, sobretudo de agentes controladores. Há de se considerar, portanto, que os possíveis interesses conflitantes entre indivíduos e agências controladoras, bem como os processos de manutenção das agências podem provocar a um prejuízo no repertório de autoconhecimento, como discutido no ponto sobre “autoconhecimento deficiente”.

O desenvolvimento do repertório de autoconhecimento também apresenta desafios que envolvem sua natureza comportamental, como um processo complexo, fluido e de difícil imobilização para a observação. Na direção da exigência técnica, engenhosidade e energia do cientista que Skinner (1953/2003) recomenda para lidar com este e qualquer outro comportamento humano, a noção de regras e autorregras também parece auxiliar a compreensão do autoconhecimento. Segundo Silva e Medeiros (2019) [XI], o

autoconhecimento envolve a emissão de uma autorregra, no sentido de ser uma descrição verbal de contingências controladoras do próprio comportamento do falante. Esse foi o único texto que declara, de maneira mais explícita, que o autoconhecimento, definido pelo autor como um repertório de descrição das variáveis que controlam o próprio comportamento, inclui também a descrição das regras e autorregras que eventualmente o governam. Apesar da discussão limitada do conceito de regras e autorregras no autoconhecimento, é possível considerar que um outro tipo de autoconhecimento é aquele que discrimina as regras e autorregras do próprio comportamento.

A argumentação de Silva e Medeiros (2019) [XI] sustenta que um comportamento que está sendo governado por regras pode ser fonte de sofrimento para o indivíduo, quando há uma dificuldade no reconhecimento e na descrição dessas regras que o governam e também quando o comportamento acarreta na insensibilidade às contingências. No entanto, ao mesmo tempo, é também por meio das regras que será possível a implementação de mudanças. Isso se evidencia, por exemplo, em grande parte das intervenções verbais de psicoterapeutas, que podem ser classificadas como regras. Para ilustrar esse ponto, citam o procedimento de Questionamento Reflexivo de Medeiros e Medeiros (2012) [XI], que, no contexto psicoterápico, tem o objetivo de levar a pessoa a emitir dois tipos de regras:

Regras analíticas, que consistem na descrição de contingências controladoras dos próprios comportamentos do terapeutizando (i.e., autorregras), assim como, dos comportamentos de outras pessoas de seu convívio; e autorregras modificadoras de comportamento, que consistem na descrição de modos como intervir sobre as variáveis de controle do comportamento do terapeutizando (p. 162).

Ressalta-se no trecho, novamente, como o ambiente verbal, nesse caso o psicoterapeuta, é uma condição para o estabelecimento do autoconhecimento. A partir das perguntas que

surtem nessa interação, o indivíduo produz regras de descrição de si (regras analíticas) e regras para ação (autorregras modificadoras de comportamento).

Para além dos conceitos de autocontrole, contracontrole, liberdade, regras e autorregras, que foram de alguma forma relacionados ao autoconhecimento, nos textos analisados percebe-se que a psicoterapia está frequentemente atrelada às discussões sobre o tema do autoconhecimento. Aliás, como indicou a análise bibliométrica, descritores relacionados ao contexto psicoterápico apareceram em 85% dos textos analisados. Além disso, com exceção de Malacrida e Laurenti (2018) [III], os outros textos que mais citam o autoconhecimento foram textos considerados como representativos da agência psicoterápica ou pertencentes a Psicologia Clínica. Em geral, há um certo consenso na afirmação de que o desenvolvimento do autoconhecimento é um dos principais objetivos da prática da agência psicoterápica (Bissoli et al., 2021 [IV]; Casas & Luna, 2019 [V]; Ferreira, et al., 2017 [I]; Ferreira et al., 2019 [XIV]; Ferreira et al., 2022 [II]). Além do objetivo geral da prática clínica, o autoconhecimento também aparece em termos de um recurso instrumental para a mudança terapêutica (Ferreira et al., 2017) [I], um repertório que será requisito para decisões importantes na vida do indivíduo (Ferreira et al., 2022) [II], e uma possibilidade de identificação e criação de regras e autorregras (Guilhardi, 2018) [XVII].

Bissoli et al. (2021) [IV] discutem como o autoconhecimento é produzido na prática da psicoterapia e apresentam uma possível implicação desse repertório: “o cliente aprende que seus comportamentos, alvo de sofrimento não são resultado de uma determinada personalidade, ou de um tipo de caráter, mas de uma história de aprendizagem” (Bissoli et al., 2021, p. 185) [IV]. Nota-se aqui uma das implicações do Comportamentalismo Radical ao propor uma análise anti-internalista dos comportamentos humanos. Quer dizer, se o comportamento é fruto de uma complexa história de contingências, o autoconhecimento implicará numa busca pelo

reconhecimento dessa história (ou história de aprendizagem, como na citação) e não em uma busca por um tipo de caráter ou personalidade que seria a suposta causa do sofrimento.

O estabelecimento do autoconhecimento como um objetivo da psicoterapia permite retomar para a discussão a noção do autoconhecimento deficiente. Para lidar com o autoconhecimento deficiente, naquela condição de fruto do controle aversivo do contexto social, Cassas e Luna (2019) [V] defendem como uma possível alternativa a prática do psicoterapeuta, em especial sua atuação para o desenvolvimento do autoconhecimento por meio da modelagem. O comportamento do psicoterapeuta, com o uso de perguntas específicas, solicitação de relato e análise de contingências aparece como uma condição que favorece a outra pessoa a se atentar para aspectos importantes da sua vida. O trecho a seguir evidencia como essa atuação do psicoterapeuta se configura como um ambiente para o desenvolvimento do autoconhecimento e comportamentos de melhora para a outra pessoa:

O cliente, por sua vez, relata (de forma leiga) o seu problema; o terapeuta, então, solicita relato com o objetivo de modelar respostas de observação que estabeleçam um relato, agora baseado em aspectos relevantes da vida do cliente do ponto de vista da análise de contingências. Esse relato permite que o terapeuta interprete os fatos trazidos pelo cliente. Isso possibilitará autoconhecimento por parte do cliente e poderá levar ao aparecimento de respostas de melhora e metas. (Cassa & Luna, 2019, p. 76) [V]

Além do uso de perguntas, solicitação de relato e análise de contingências, algumas outras considerações foram apresentadas pela literatura analisada, para que o autoconhecimento se concretize na prática clínica. Esse tópico pode ser parafraseado como as técnicas de promoção do autoconhecimento. Considerou-se como técnicas de promoção do autoconhecimento a figura do psicoterapeuta que fará perguntas acerca dos comportamentos e sentimentos do cliente em relação ao seu ambiente (Cassas & Luna, 2019 [V]; Bissoli et al., 2021 [IV]); o uso de fantasia para descrições mais acuradas das contingências (Peron &



Silveira, 2013 [IX]); a apresentação de análises funcionais do psicoterapeuta para o cliente; o ensino dessas análises (Ferreira et. al., 2017 [I]; Bissoli et al., 2021 [IV]); os pedidos de imaginação de acontecimentos da vida cotidiana (Cassas & Luna, 2019) [V]. Essa última técnica se justifica, uma vez que sua utilização pode estabelecer no indivíduo um repertório de respostas semelhantes às aquelas que ocorrem na situação real, então o psicoterapeuta poderá analisar e evidenciar relações de controle existentes no repertório comportamental do indivíduo. Ferreira et al. (2017) [I] apresentam ainda outras técnicas, tais como a identificação de padrões comportamentais; o uso de modelos explicativos e elaboração de hipóteses sobre as variáveis de controle vigentes; previsões sobre o efeito de alterar essas variáveis de controle; e sugestões de relações ainda não observadas pelo cliente.

Fundamentando-se em Ferreira et al. (2017) [I], é possível sintetizar que, de maneira geral, o autoconhecimento é desenvolvido por meio de quaisquer estratégias que ampliam o contato do cliente com as variáveis de controle que atuam sobre seu comportamento. Ainda, o desenvolvimento do autoconhecimento implica e, ao mesmo tempo, é possibilitado pelo aumento da correlação entre auto-observação e autodescrição. O autoconhecimento, compreendido desta forma, pode ser chamado de um recurso instrumental que facilita o psicoterapeuta ter acesso a mais informações sobre a vida do cliente e tomar decisões importantes para o processo clínico. Como exemplos dessas decisões são citados o conhecimento dos eventos privados do cliente, uma melhor observação, predição e controle sobre os impactos do comportamento do psicoterapeuta sobre o cliente e a necessidade de se aumentar certos tipos de reforçamento e diminuir possíveis consequências aversivas.

Um outro dado importante verificado na amostra selecionada é que quando há explicitações de alguma técnica de promoção do autoconhecimento, o texto geralmente pertence à área de psicoterapia. Desse modo, é possível afirmar que na literatura analisada, há, em geral, elementos que explicitam a importância do autoconhecimento para a efetivação do

autocontrole e do contracontrole com desdobramentos sociais. Porém, é apenas nos textos de psicoterapia que os procedimentos mais específicos para o desenvolvimento do autoconhecimento são demonstrados.

Como argumentado desde a introdução deste trabalho, reconhecer que o autoconhecimento é um repertório comportamental com origem social tem implicações cruciais, pois uma vez que se investiga o arranjo das contingências desse ambiente social, percebe-se que o autoconhecimento pode envolver aspectos diferentes e pode estar voltado a objetivos distintos. Em última instância, esses objetivos podem visar maiores benefícios ao indivíduo ou ao seu ambiente social.

Na amostra da literatura selecionada, há textos que consideram a condição do ambiente poder desenvolver diferentes tipos de autoconhecimento de maneira mais explícita, como em Rocha et al. (2011) [VIII], Pimentel et al. (2012) [VI], Ferreira et al. (2017) [I], Guilhardi (2018) [XVII], Malacrida e Laurenti (2018) [III], Pereira et al. (2018) [XX], Zin et. al., 2022 [XIII]. Já outros textos não se aprofundaram nesse ponto, mas apresentaram citações de B. F. Skinner e outras argumentações que são consonantes com essa tese. Portanto, é possível afirmar que toda a amostra da literatura selecionada considera, com maior ou menor grau de detalhamento, a origem social do autoconhecimento e como a diversidade do controle das relações sociais pode desenvolver diferentes formas do autoconhecimento.

Um primeiro aspecto da análise deste trabalho pretendia investigar justamente se essa origem e influência do ambiente social sobre o autoconhecimento estava sendo considerada. Posteriormente, a investigação se voltou para a identificação de quais segmentos desse ambiente social estão sendo considerados pela literatura e se, no limite, inclui as agências controladoras e sua forma de atuação. A subseção seguinte procurou esclarecer esse segundo aspecto.

## **Agências controladoras**

Considerando as citações sobre agências controladoras, foi verificado que os textos analisados também retomam as discussões feitas por Skinner (1953/2003). Como exemplos, constata-se que a amostra de textos caracterizou as agências quanto à sua possibilidade de manter sistemas éticos (Ferreira et. al., 2017 [I]; Laurenti & Lopes, 2022 [XVIII]; Zin et. al., 2022 [XIII]); à sua constituição como grupos que detêm o poder de controlar como é disposto o acesso a reforçadores na cultura (Zin et al., 2022) [XIII]; ao seu estabelecimento de práticas organizadas que terão maior efeito nos comportamentos dos membros do grupo (Bissoli et. al., 2021) [IV]; à sua capacidade de definir práticas de controle social sobre um grupo ou cultura, além de mediar as regras estabelecidas pela cultura com as consequências que afetam o comportamento dos indivíduos (De Rose, 2016 [XII]; Zin et al., 2022 [XIII]); ao controle do reforçadores positivos e negativos que são do seu interesse (Pimentel et al., 2012 [VI]); ao ensino de repertórios que promovem obediência (Paula & Laurenti, 2020 [VII]); o uso de punição e controle coercitivo (Cassas & Luna, 2019 [V]; Pereira et al., 2018 [XX]); ao seu papel de transmissora das práticas culturais entre gerações (Bissoli et al., 2021 [IV]; Zin et. al., 2022 [XIII]); à sua possibilidade de criação de contextos culturais que podem operar de maneiras diferentes entre si (Bissoli et al., 2021) [IV] .

Para além do resgate das discussões skinnerianas, alguns textos ampliaram o debate sobre agências ou aplicaram-na em contextos mais específicos, como no caso da pandemia do COVID-19 (Bissoli et al., 2021) [IV], em questões de gênero e transgeneridade (Zin et al., 2022) [XIII] e no enfrentamento das práticas de medicalização (Ferreira et al., 2022) [II]. A análise que se segue priorizará esses aspectos específicos que os textos abordam sobre as agências controladoras.

Uma das especificidades diz respeito à própria designação do que pode ser considerado uma agência. A análise bibliométrica evidenciou como a maioria dos textos analisados ainda

fazem menção às agências controladoras mencionadas por Skinner (1953/2003), tais como governo, religião, economia, educação e psicoterapia. No entanto, sem perder de vista a fundamentação skinneriana sobre agência controladora, outros exemplos de agências podem ser inseridos no debate. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Souza (2018) e Todorov (2020), que identificaram a família e a mídia como agências de controle. Na literatura analisada, a família também aparece como agência controladora. Há passagens em que a família é considerada uma subagência (Bissoli et al., 2021) [IV], uma agência (Guilhardi, 2018) [XVII], ou como um grupo que aplica procedimentos de reforço e punição segundo critérios de outras agências controladoras.

Skinner (1953/2003) também cita a família na seção em que discute sobre agência controladora educacional. A relação da família com a agência educacional parece se justificar na própria caracterização desta agência como aquela que utiliza formas de controle que visam a aquisição comportamentos vantajosos para o indivíduo no futuro e pelas formas de utilização do reforço, como o uso de reforçadores arbitrários (e.g., prêmios, medalhas, recompensas) e generalizados (e.g., elogios). Esse também é o caso da família, já que frequentemente se configura como contexto para o indivíduo aprender comportamentos básicos, como, andar, falar e comer. Uma hipótese para a existência dessa variedade de termos para se referir à família na amostra analisada (i.e., grupo, agência, subagência), pode ser pelo fato de Skinner (1953/2003) não ter dedicado uma seção específica para o contexto familiar, mas sim tê-la citado ao longo de outras discussões, como na agência educacional.

Seguindo o caminho de Skinner (1953/2003), será considerado que a família é uma agência educacional, quando exerce determinadas práticas de controle. Os fragmentos sobre a família que foram destacados na amostra não se referem propriamente ao ensino de comportamentos que são vantajosos para o indivíduo no futuro, no entanto, esclarecem como os comportamentos aprendidos na família terão impacto no repertório do indivíduo como um

todo, mesmo em outros contextos. O desenvolvimento desses comportamentos no contexto familiar pode seguir o mesmo princípio de outra agência, isto é, promover consequências que trazem maior benefício para os controladores, que manejam as contingências (geralmente os pais e cuidadores) do que para os controlados (geralmente os indivíduos mais jovens). Este ponto também fundamenta a família como uma agência controladora educacional.

O que mais vale destacar no escopo desta análise é que a amostra reconheceu a família como um segmento do ambiente social que tem uma influência no desenvolvimento do repertório comportamental como um todo do indivíduo e, em última instância, no autoconhecimento. Em Guilhardi (2018) [XVII], por exemplo, evidencia-se como o comportamento aprendido no contexto familiar pode se generalizar para outros contextos sociais. A citação indica como o repertório de contracontrole do comportamento dos pais, que foi iniciado no grupo familiar, pode se generalizar para outras relações em outros contextos sociais:

Desde a infância, o reforço livre é manejado por uma agência de controle (em geral, os pais) que, inadvertidamente, selecionam comportamentos de contracontrole para o filho, que passa, assim, a ocupar o papel de controlador em relação aos pais: exige, agride, ameaça, seduz, chantageia etc. e obtém o que deseja. Os comportamentos de contracontrole [*sic*] de controle do garoto, enquanto ele se desenvolve, generalizam-se para outros contextos e para outras pessoas (professores, colegas de classe, pessoas de um modo geral). (Guilhardi, 2018 p. 187) [XVII]

Já em Rocha et al. (2011) [VIII], encontra-se fragmentos que mostram que essa influência da família pode afetar especificamente o repertório de autoconhecimento: “os pais podem reforçar estes comportamentos de autoconhecimento quando escutam a criança e ajudam-na a perceber os vários contextos nos quais diversos comportamentos, operantes e respondentes, ocorrem” (p. 103). As autoras identificam que práticas parentais com prevalência

de punição favorecem o autoconceito negativo, isto é, um relato verbal sobre si próprio que ressalta aspectos culturalmente considerados negativos. Percebe-se aqui, novamente, a presença do controle aversivo como impactante no repertório de autoconhecimento, como discutido na subseção anterior da análise interpretativa.

Uma outra indicação de agência controladora que aparece no material analisado é a indústria biomédica. Ferreira et al. (2022) [II] nomeiam-na como uma agência de controle por esta ter uma capacidade de exercer controle ético do comportamento de medicalização: “o discurso biomédico, que legitima práticas que envolvem o controle ético do comportamento medicalizado, sustenta o status da indústria biomédica enquanto agência” (Ferreira et al., 2022, p. 77) [II]. O texto caracteriza o discurso biomédico como um modelo internalista de explicação para problemas de saúde, com ênfase em fatores neurobiológicos para expressar fenômenos. Nessa perspectiva, os demais aspectos de um fenômeno de saúde - em geral, de saúde mental - são tratados como consequências ou expressões desta ordem subjacente. Pode ser pertinente destacar que essa condição de explicação internalista, aqui aplicada ao contexto de saúde, parece se assemelhar aos antigos adversários do Comportamentalismo Radical, como o mentalismo e as explicações biologizantes (Skinner, 1974/2006; 1977).

O discurso médico, tal qual caracterizado por Ferreira et al. (2022) [II], pode ofuscar importantes elementos das relações de controle, uma vez que explicações sobre uma questão do estado do indivíduo que recorrem exclusivamente a causas internas e biológicas podem ocultar importantes variáveis ambientais que estão agindo sobre o problema. Sobre as explicações que ofuscam as relações de controle, dois pontos já apresentados podem ser resgatados: as regras sobre o próprio comportamento que geram sofrimento (Silva & Medeiros, 2019) [XI] e os níveis e tipos diferentes de autoconhecimento (Malacrida & Laurenti, 2018 [III]; Pimentel et al., 2012 [VI]; Zin et al., 2022 [XIII]).

Em relação às regras sobre o próprio comportamento, estas frequentemente se formam no bojo dos enunciados verbais proferidos pelas agências controladoras, que podem vir na forma de explicações sobre o comportamento humano, conselhos, avisos, críticas, elogios. Esses enunciados verbais frequentemente se configuram como regras (i.e., descrição de contingências ou parte dela) sobre o comportamento humano e facilitam o desenvolvimento de outras autorregras por parte dos indivíduos que, por sua vez, podem dificultar a interferência e a mudança ambiente e o acesso a reforçadores. Por esse motivo, tais regras são chamadas de geradoras de sofrimento (Silva & Medeiros, 2019) [XI].

As noções de níveis ou tipos de autoconhecimento também podem ser inseridas na compreensão do impacto dos discursos das agências sobre o indivíduo. Isso porque, essa mesma condição das explicações que ocultam variáveis das relações de controle, e que são capazes de formalizar-se em regras e autorregras geradoras do sofrimento, pode também ser parafraseada com as diferentes discriminações possíveis entre a relação indivíduo ambiente (i.e., tipos diferentes de autoconhecimento). No caso, o tipo de autoconhecimento provavelmente desenvolvido pelas agências pode ser considerado “parcial” no sentido de esclarecerem para o indivíduo apenas alguns eventos específicos presentes nas relações de contingências do seu comportamento. Logo, reduzem-se as possibilidades do indivíduo discriminar outras variáveis importantes da sua relação com o ambiente.

No caso da indústria biomédica, como dito, essas elucidaciones terão enfoque em variáveis biológicas, aproximando àquele autoconhecimento definido na subseção anterior como autoconhecimento das condições corporais. Esse tipo de autoconhecimento tomado de maneira isolada, bem como o estabelecimento de certas regras e autorregras, no limite, podem convergir na mesma implicação: consequências que beneficiam mais a própria agência e mantém sua perpetuação.

Retomando também para essa discussão o debate sobre os conceitos de autocontrole e contracontrole, a condição de ofuscar as relações de controle pode apresentar uma barreira para a efetivação desses repertórios. Igualmente para a noção de liberdade, no sentido skinneriano de identificação das relações de controle. Isso pois as explicações fornecidas pelas agências sobre as relações entre eventos, ainda que escondam as relações de controle e/ou possam ser “parciais”, no sentido apresentado, continuam sendo utilizadas pelos indivíduos para explicarem o mundo e a si mesmos. Todavia, essas explicações não favorecem o reconhecimento de importantes formas de controle que afetam o comportamento e, ainda, diminuem as possibilidades do indivíduo redirecionar seus caminhos de ação.

Novamente sobre as regras, Skinner (1953/2003) argumenta como sua elaboração, bem como os procedimentos de reforçamento e punição a partir delas, são algumas das principais formas de controle do comportamento por parte das agências controladoras. Para além do que foi apresentado sobre as regras, como formalizações advindas das explicações sobre o comportamento fornecidas pelas agências, na amostra da literatura, foi encontrada uma contribuição que permite discriminar alguns tipos diferentes de regras que permeiam a cultura (Guilhardi, 2018) [XVII]. Algumas regras podem ser testadas e verificadas, como regras do campo científico, enquanto muitas outras não advêm de evidências empíricas, mas sim de tradições orais, como, por exemplo, os ditados populares. Ainda que desprovidas de evidências, esses ditados podem ter o efeito de controlar ações humanas e, por isso, Guilhardi (2018) [XVII] chama atenção para sua possibilidade de serem libertadoras ou alienantes. Isso porque, o que leva uma pessoa a ficar sob controle da regra podem ser as consequências previstas pela regra, ou consequências diferenciadas, vindas de quem enunciou a regra. Nesse segundo caso, Guilhardi (2018) [XVII] adverte que, frequentemente, as consequências do comportamento não beneficiam a pessoa nem o grupo, mas sim o controlador, que enunciou a regra. Neste caso, poderiam ser definidas como regras alienantes. O autor cita como exemplo a própria família,



que pode manejar regras que, a curto prazo, beneficiam seu autor (geralmente os pais e cuidadores), porém podem trazer prejuízos a longo prazo para o indivíduo e para o próprio grupo.

Zin et al. (2022) [XIII] também exploram como o estabelecimento de regras pode dispor um tipo de controle que acaba por promover mais benefícios à agência do que ao indivíduo. As autoras argumentam sobre o papel da cultura, em especial das agências controladoras, de criar e corroborar com o controle da capacidade reprodutiva dos indivíduos. Zin et al. (2022) [XIII] discorrem sobre como a identificação dos indivíduos com base na sua função reprodutiva se sustenta, ao menos em partes, porque a busca pelo aumento do número de indivíduos pertencentes a uma cultura e o enfrentamento das altas taxas de mortalidade infantil já foram grandes problemas enfrentados por alguns grupos sociais no passado. Para esse enfrentamento, normativas sobre o comportamento sexual das pessoas foram prescritos, que comumente vincularam a capacidade reprodutiva com os papéis sociais, como mostra a citação:

a noção do gênero como algo “natural” e correspondente às características sexuais primárias como estabelecido atualmente pelo senso comum, corresponde a uma estratégia das próprias agências de controle culturais para garantir que todos sigam as normas estabelecidas para os indivíduos de acordo com seu sexo, cumprindo assim seus papéis sociais. (Zin et al., 2022, p. 16) [XIII]

O trecho evidencia como o que hoje podemos discutir como “gênero” pode ser confundido com “sexo”, no sentido de que as características sexuais primárias e a possibilidade de reprodução (i.e., condições filogenéticas) são associadas a outros comportamentos que são construídos no nível ontogenético e cultural. A confusão dessas duas noções é uma das características do controle do comportamento sexual e, em grande parte, é sustentada por agências, como a religiosa:

a religião aparece como uma das agências de controle que perpetua o controle social sobre a capacidade reprodutiva dos indivíduos, pareando qualquer performance sexual ou de gênero divergente da norma com estímulos aversivos como “pecado” ou “punição”, sendo a transgeneridade considerada como produto de possessões demoníacas”. (Zin et al., 2022, p. 16) [XIII]

Um ponto fundamental em Zin et al. (2022) [XIII] é a explicitação de que o processo de controle do comportamento sexual, que pode ter tido uma função para a cultura no enfrentamento de problemas como a diminuição da população, atualmente pode apresentar graves consequências aversivas para os indivíduos, como desaprovação, exclusão, sofrimento mental e até mesmo a morte:

Por exemplo, podemos esperar que uma criança do sexo masculino que emita classes de respostas com topografia, frequência ou intensidade culturalmente associados ao gênero feminino usualmente é exposto a consequências aversivas disponibilizadas por diferentes agências sociais. A comunidade pode adotar práticas que variem desde sanções verbais (e.g. “você é um menino, não pode brincar de boneca!”; “não se sente dessa forma, você é uma mocinha.”), até práticas como espancamentos, estupros “corretivos” ou assassinato dos indivíduos que apresentam comportamento divergente do que é considerado normativo. (Zin et al., 2022 p. 13) [XIII]

A explicação fornecida pelas agências sobre “gênero”, como um conjunto de características naturais que corresponde às características sexuais primárias, também se caracteriza por explicações sobre o comportamento humano que ocultam as relações de controle. É justamente esse ocultamento que pode dar margem para o exercício de um controle desmedido por parte das agências. Na mesma direção, Pimentel et al. (2012) [VI] também argumentam sobre como as agências controladoras manejam reforçadores negativos e positivos que são de seu interesse e que, portanto, seu exercício frequentemente estará buscando um

benefício próprio em detrimento da humanidade como um todo. Citam como exemplos o desenvolvimento de armas nucleares, que, no limite, têm o papel de garantir a sobrevivência de agências de controle governamental, em vez de beneficiar a humanidade que está sendo controlada por essas agências.

Até esse momento da análise, é possível afirmar que a literatura analisada apresentou como agências controladoras a família, representando a agência educacional, e a indústria biomédica. Posteriormente, discutiu-se sobre uma das mais fundamentais técnicas de controle das agências (i.e., o uso das regras sobre o comportamento), esclareceu sobre algumas implicações dessa forma de controle e argumentou sobre a tendências das agências de manejarem o controle em função da sua própria manutenção. Dando seguimento, na sequência serão apresentadas considerações sobre a agência que mais se destacou na literatura analisada: a psicoterapia.

Cassas e Luna (2019) [V] descrevem a psicoterapia retomando a preocupação de Skinner (1953/2003) sobre a análise do controle que as agências exercem sobre as pessoas e os seus efeitos colaterais. Argumenta-se que, para que as agências alcancem seu controle efetivo, será inevitável o uso da punição ou sua ameaça. No entanto, a punição também não garante esse controle efetivo e ainda gera vários subprodutos para as pessoas, tais como: fugir do controlador; contra-atacar o controlador (críticas ou vandalismo); resistência passiva (greve, fazer o contrário do que foi pedido). Diante de tais efeitos, as agências podem intensificar ainda mais suas práticas de controle. Proporcionalmente, os aversivos para os indivíduos também podem aumentar. Aqui entra o campo de atuação da psicoterapia: lidar com esses efeitos proporcionados pelas outras agências de controle (Skinner, 1953/2003). Mais exemplos são citados como efeitos do controle das agências, que serão alvos de intervenção da psicoterapia: vício em drogas (fuga temporária dos efeitos aversivos); comportamento vigoroso (probabilidade de emissão alta de respostas); comportamento restrito (inibição e timidez

excessiva); controle de estímulos deficiente (respostas discriminativas deficientes ou inexatas); autoconhecimento deficiente (reagir de forma ineficiente aos estímulos gerados pelo próprio comportamento); autoestimulação aversiva (produzir estimulação aversiva em si mesmo). Cassas e Luna (2019) [V] alertam que todos esses comportamentos são perigosos não só para o indivíduo, mas especialmente para o grupo, uma vez que podem ameaçar sua sobrevivência.

A descrição de Cassas e Luna (2019) [V] ilustra o que também pareceu consensual na literatura analisada sobre esse papel da psicoterapia de lidar com os efeitos de controle aversivo das agências de controle. Expandindo para outras considerações para além dessa concepção geral a respeito do papel da psicoterapia, Bissoli et al. (2021) [IV] relacionam a psicoterapia com o projeto de B. F. Skinner sobre pensar o planejamento de uma cultura que promovesse a redução do controle aversivo e o aumento do reforçamento positivo natural no manejo de comportamentos, bem como para o esclarecimento das relações de controle entre as pessoas, que foi sendo ofuscada ao longo do processo de organização social no ocidente. Já Peron e Silveira (2013) [IX] afirmam que a psicoterapia tem a capacidade de reunir informações acerca da história de vida das pessoas, compreender as circunstâncias nas quais uma pessoa vive, demonstrar relações funcionais entre eventos e reverter as mudanças comportamentais resultantes da punição.

Para concretizar essa função de lidar com os efeitos do controle aversivo das agências, promover uma cultura com menos controle aversivo, mais reforço positivo natural e esclarecer as relações de controle entre as pessoas (Bissoli et al., 2021 [IV]; Cassas & Luna, 2019 [V]; Peron & Silveira, 2013 [IX]), o desenvolvimento do autoconhecimento surge como um dos principais pilares da psicoterapia. Alguns outros comportamentos do psicoterapeuta que parecem ser importantes para o desenvolvimento do autoconhecimento e, em última instância, para o cumprimento da função da psicoterapia são também sintetizados por Cassas e Luna (2019) [V]:

O estabelecimento do terapeuta como uma audiência não punitiva, sugestões de tipos de conselhos para mudanças que alterem a vida do cliente, restabelecimento de comportamentos extintos e instalação de novos comportamentos, auxiliar o cliente a estabelecer relações causais do seu próprio comportamento fornecendo análises e interpretações de situações cotidianas, uso de metáfora como forma de analisar e controlar o comportamento do cliente de forma menos aversiva. (p. 71)

A citação indica importantes comportamentos do psicoterapeuta que também foram alvo de investigação desta análise, afinal, este pode ser considerado o principal representante da agência psicoterápica. Algumas considerações sobre sua função foram: levar o indivíduo a se compreender (Bissoli et al., 2021) [IV]; ensinar observar e descrever suas interações com o próprio psicoterapeuta (Cassas & Luna, 2019) [V]; auxiliar o indivíduo a realizar análises e efetuar o contracontrole (Ferreira et al., 2022) [II].

Abordar essas funções da psicoterapia e do psicoterapeuta, mas principalmente o aspecto de lidar com os efeitos do controle aversivo das agências controladoras, não deixa de levantar questões sobre sua própria condição: a psicoterapia também é uma agência controladora. Quando se inclui a psicoterapia nas agências controladoras, compromete-se com todas as implicações que esse termo carrega: um grupo ou membros de um grupo que agem de forma organizada, estabelecendo técnicas de controle do comportamento que geram autocontrole, obediência e favorecem sua manutenção (Skinner, 1953/2003). Portanto, admitir a psicoterapia como agência controladora implica em assumir um papel político para sua existência, que não tem um valor bondoso em si mesmo, mas, sim, dependerá dos rumos do seu exercício, que podem variar distintamente.

No desenvolvimento do autoconhecimento, a psicoterapia também revela seu caráter político, uma vez que as perguntas feitas pelo psicoterapeuta, comportamento predominante no desenvolvimento desse repertório na relação terapêutica, os tipos de regras e autorregras

formuladas pelo indivíduo podem ser distintamente diferentes. Todos esses repertórios podem ou não estarem a serviço da manutenção da própria agência (interesses diversos do psicoterapeuta e da classe desse profissional) e não necessariamente a serviço do próprio indivíduo que, em última instância, poderia implicar no contracontrole ou no abandono da psicoterapia.

Na literatura analisada, a identificação da psicoterapia como uma agência aparece em Bissoli et al. (2021) [IV], Branco e Ferreira (2006) [XVI], Cassas e Luna (2019) [V], Ferreira et al. (2017), Ferreira et al. (2019) [I], Gouveia et al. (2017) [XIX], Peron e Silveira (2013) [IX], Silva e Medeiros (2019) [XI] e Zin et al. (2022) [XIII], representando 90% de todos os textos que foram considerados como representantes da agência psicoterápica (Ver Tabela 4). Assim como a atividade psicoterápica não apresenta um valor bondoso intrínseco, mas sim diferentes possibilidades de fazeres, com consequências que podem beneficiar indivíduos e grupos distintos, faz-se necessário um olhar mais atento a todas as produções da área clínica a fim de encontrar também esses direcionamentos, muitas vezes não tão explícitos. Até porque, apenas o fato de intitular a psicoterapia como agência controladora não é garantia de que seu aspecto político ganhe relevo.

Apresentando algumas dessas contribuições para exemplificar o aspecto político da psicoterapia, Zin et al. (2022) [XIII] argumentam que, para contrapor as práticas culturais danosas e mitigar seus efeitos, como as do controle sexual, é imprescindível que a atuação do profissional representante da agência psicoterápica seja embasada em análises funcionais. Defende-se que esse seria um caminho para que o representante da agência fique mais sensível às relações de controle e, por fim, auxilie uma pessoa em sofrimento. Essa seria uma alternativa que garantiria a psicoterapia como não mantenedora das práticas nocivas das outras agências. Para exemplificar essa alternativa de atuação da psicoterapia, cita como exemplos posturas importantes do psicoterapeuta no atendimento de uma pessoa *trans* em sofrimento:

... é fundamental que o psicoterapeuta amplie repertórios e seja eminentemente uma agência reforçadora. Para tanto, procedimentos como acolhimento, desenvolvimento de outras habilidades, apoio afetivo são pilares importantes no acompanhamento de pessoas trans, posições que só são possíveis a partir de uma compreensão completa (ou mais completa possível) das variáveis específicas que afetam o comportamento de pessoas trans, trazendo assim uma percepção que valorize o próprio indivíduo e sua história. (Zin et al., 2022, pp. 20-21) [XIII]

Bissoli et al. (2021) [IV] também atestam a psicoterapia como uma prática social que é produto e produtora da cultura e, ainda, pode se configurar como uma extensão de outras agências ou subagências. Esclarecem, além disso, que as agências não necessariamente operam em harmonia. Essa constatação parece corroborar com o potencial da psicoterapia de ser uma prática que pode ou não compactuar com práticas nocivas de outras agências, a depender de como é direcionada sua atuação. Os autores se posicionam sobre essa função crítica da psicoterapia, argumentando que uma prática clínica que se pretende ser coerente com os pressupostos do Comportamentalismo Radical e da Análise do Comportamento precisa buscar atingir valores de bens para si, para o outro e para a cultura. Em última instância, isso significaria a sobrevivência das pessoas. Essa discussão é particularmente aplicada ao contexto da pandemia do COVID-19, em que a trama entre comportamento individual e social ficaram bastante evidentes. Por esse motivo, argumenta-se que a psicoterapia é uma prática que deve se adaptar aos novos contextos, já que seu impacto pode ir além das mudanças no comportamento individual, mas também produz mudanças no contexto em que o indivíduo está inserido.

A despeito de Ferreira et al. (2022) [II] não focarem a discussão nas práticas de controle da agência psicoterápica, quando discutem sobre a indústria biomédica, não deixam também de abordar o papel político da psicoterapia ao argumentarem que a prática psicoterápica pode

ou não favorecer as práticas de medicalização. Mais especificamente, apontam como a psicoterapia, representada pela atuação do psicoterapeuta, pode ter seu fazer direcionado ao contracontrole dessas práticas medicalizantes.

A psicoterapia como agência reforçadora (Zin et al., 2022) [XIII], a busca por valores de bens para si, para o outro e para a cultura (Bissoli et al., 2021) [IV] e a psicoterapia como possibilidade de contracontrole de outras agências (Ferreira et al., 2022) [II] dão fôlego para um tipo de postura e direcionamento da psicoterapia que parece convergir com o caráter contracultural do analista do comportamento, proposto por Laurenti e Lopes (2022) [XVIII]. Um direcionamento contracultural implica na elucidação e na contestação de valores e práticas culturais dominantes, especialmente as práticas opressivas e as práticas de ocultamento dessas opressões. Essa postura se sustenta a partir do reconhecimento de que certos elementos do Comportamentalismo Radical, como a multidimensionalidade, o antiessencialismo e o antimentalismo, se examinados de uma perspectiva política, contribuem para a construção de novas formas de organização social e novas formas de controle menos nocivas (Laurenti & Lopes, 2022) [XVIII].

Esse direcionamento da prática psicoterápica pode contribuir com a construção de uma cultura mais reforçadora e, no limite, com a sobrevivência da humanidade. Esse projeto também pode ser compartilhado por outros grupos, tais quais indicados por Pimentel et. al (2012) [VI], como estudiosos, cientistas, professores e escritores da mídia. Aqui nesse contexto, entraria o analista do comportamento, com sua atuação contracultural. No entanto, Laurenti e Lopes (2022) [XVIII] alertam que as outras agências de controle fornecerão poucos reforçadores para uma atuação do analista do comportamento engajado com os compromissos teórico-filosóficos da sua teoria, uma vez que isso pode facilitar o contracontrole dos indivíduos e, em última caso, o afastamento de valores da cultura dominante.



Essa resistência por parte das agências se justifica justamente porque os conhecimentos produzidos pela Análise do Comportamento e por esses outros grupos mencionados por Pimentel et al. (2012) [VI] podem desvelar a tendência das agências em prevalecer um controle nocivo sobre os vulneráveis, promover práticas normativas de opressão de desigualdades sociais e excluir indivíduos que se afastam da "norma" instituída pelas agências (Laurenti & Lopes, 2022) [XVIII]. São justamente tais esclarecimentos que contribuem para a construção de um certo tipo de autoconhecimento que considera variáveis importantes das interações sociais e que permitem o contracontrole de certas práticas. Não à toa, é frequente o uso da punição por parte das agências, uma vez que ela pode promover o autoconhecimento deficiente (Cassas & Luna, 2019) [V] e pode gerar um padrão submisso no indivíduo, com ausência de iniciativa e qualquer comportamento de oposição, isto é, o contracontrole (Pereira et al., 2018) [XX].

Finalizando esta subseção de análise das agências controladoras na amostra da literatura, é possível admitir que a literatura analisada reconhece as agências controladoras como segmentos do ambiente social que terão influência no desenvolvimento do autoconhecimento. Esse reconhecimento aparece explicitamente, por exemplo, em Paula e Laurenti (2020) [VII]:

Quando Skinner (1953/2003, pp. 388, 410, 414, 447) discute que o ensino do repertório de autoconhecimento e autocontrole podem ser perpassados por contingências sociais dispostas pelas agências de controle e considerando a crítica de Skinner de que as agências podem se valer do controle social do qual dispõem para benefício próprio, o ensino desses repertórios podem ter a função de promover uma obediência incauta a elas. (p. 28)

A citação evidencia que o autoconhecimento (e aqui soma-se ao autocontrole) é desenvolvido por contingências que, em alguma medida, são manejadas pelas agências

controladoras. Esses repertórios, por sua vez, podem se configurar em diversos tipos e enfatizar diferentes aspectos do indivíduo e do comportamento, como mostrou a subseção anterior sobre o autoconhecimento. Em última instância, alguns desses tipos de autoconhecimento podem ter a função de obediência e favorecimento das agências. Outro trecho mais explícito aparece também em Malacrida e Laurenti (2018) [III]:

Skinner (1953b) afirma que algumas agências de controle como psicoterapia, escola, religião e Estado, por exemplo, são responsáveis pela construção desse repertório [autodescrição]. Para que o controle do comportamento do indivíduo por essas agências seja eficaz é necessário que o sujeito aprenda não só a observar, mas a descrever a si mesmo. (p. 71)

Neste fragmento, as autoras se referem à autodescrição, um dos repertórios comportamentais que pode ser considerado como parte do autoconhecimento (De Rose et al., 2012; Skinner, 1981). Ainda que a relação entre agências controladoras e autoconhecimento aconteceu de maneira mais explícita apenas nessas duas referências, reconhece-se que todos os textos analisados apresentaram, em maior ou menor grau, elementos que embasam a defesa de uma importante relação entre esses dois conceitos. Prova disso é que os 20 textos da amostra puderam ser citados em algum momento ao longo da discussão para fundamentar essa proposta interpretativa.

Para além do reconhecimento geral das agências como parte do ambiente que promove autoconhecimento, alguns textos especificaram algumas agências, tais como a família (Bissoli et al., 2021 [IV]; Branco & Ferreira, 2006 [XVI]; Guilhardi, 2018 [XVII]), a indústria biomédica (Ferreira et al., 2022 [II]) e a psicoterapia (Bissoli et al., 2021 [IV], Branco e Ferreira, 2006 [XVI], Cassas e Luna, 2019 [V], Ferreira et al., 2017, Ferreira et al., 2019 [I], Gouveia et al., 2017 [XIX], Peron e Silveira, 2013 [IX], Silva e Medeiros, 2019 [XI] e Zin et al., 2022 [XIII]).

Algumas influências da atuação dessas agências sobre o autoconhecimento foram expostas ao longo desta subseção. Na sequência, finaliza-se a análise com uma breve síntese que expõe os principais subsídios da literatura analisada que permitiram esclarecer a relação entre autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências de controle. Propõe, também, uma relação das práticas de controle destacadas na subseção das agências e o desenvolvimento dos tipos de autoconhecimento identificados na primeira subseção.

### **Síntese**

Na primeira subseção da análise, identificou-se que a amostra da literatura reconhece que o autoconhecimento é um repertório comportamental verbal de descrição de respostas públicas e/ou privadas do indivíduo, bem como das variáveis que controlam essas respostas. Enquanto um repertório verbal, o autoconhecimento será desenvolvido nas relações sociais e a diversidade dessas relações podem gerar diferentes tipos de autoconhecimento. A discussão desenvolvida permitiu delinear cinco tipos de autoconhecimento, que podem ser simplificados nos seguintes termos: autoconhecimento deficiente; autoconhecimento das condições corporais; autoconhecimento das variáveis culturais; autoconhecimento das regras e autorregas; e autoconhecimento do controle coercitivo. Todos esses tipos de autoconhecimento continuam se caracterizando por descrições verbais das respostas do indivíduo e de suas variáveis, porém, enfatizam segmentos específicos do indivíduo e das relações de contingências.

Duas considerações merecem ser feitas sobre essas classificações de autoconhecimento. O primeiro tipo de autoconhecimento apresentado (i.e., autoconhecimento deficiente) possui uma particularidade em relação aos demais. Este tipo de autoconhecimento diz respeito a “graus” do repertório de autoconhecimento, que pode ser mais ou menos deficiente, isto é, mais ou menos amplo, a depender das variáveis consideradas nas descrições verbais de

autoconhecimento. Já os outros tipos dizem respeito a eventos específicos presentes nas contingências comportamentais (i.e., condições corporais, variáveis culturais, regras, etc.) que são enfatizados nas descrições de autoconhecimento.

A outra consideração é que os tipos de autoconhecimento propostos não esgotam todas os potenciais tipos de autoconhecimento. Estas foram apenas cinco possibilidades que foram propostas a partir dos subsídios apresentados pelo segmento da literatura que foi analisado.

Na subseção seguinte, considerou-se que a literatura analisada reconheceu ou apresentou subsídios para a admissão das agências como partes do ambiente social que influenciam no repertório de autoconhecimento. Caracterizações mais específicas foram feitas sobre a agência educacional, representada pela família, indústria biomédica e psicoterapia. A relação entre autoconhecimento e agências controladoras começa a ficar clara quando se reconhece que as diferentes formas de atuação das agências produzem diferentes influências no comportamento do indivíduo como um todo. No comportamento de autoconhecimento, isso não é diferente. Portanto, diferentes práticas de controle produzem diferentes tipos de autoconhecimento. O uso de práticas punitivas, presente, por exemplo, na agência educacional, pode levar ao autoconhecimento do tipo deficiente (i.e., respostas discriminativas deficientes ou inexatas e nos discursos distorcidos sobre o próprio comportamento.). A utilização de regras sobre o comportamento que enfatizam aspectos biológicos, presente por exemplo pela indústria biomédica, pode favorecer o desenvolvimento do autoconhecimento com foco nas condições corporais. Esse tipo de autoconhecimento, tomado de maneira isolada, pode dificultar o conhecimento de variáveis mais amplas das relações de controle que, por sua vez, dificultam a efetivação de comportamentos de autocontrole e contracontrole.

A despeito da análise ter discutido como todas as agências manejam contingências que vão afetar o autoconhecimento, a psicoterapia foi a agência que mais declaradamente apresenta seu interesse nesse repertório, inclusive explicitando suas técnicas. Ao mesmo tempo, foi

apontado como a atuação da psicoterapia é política no sentido de poder ser direcionada a fins diversos que, podem beneficiar a própria agência e outros grupos ou beneficiar o indivíduo. Por essa via, o autoconhecimento que se desenvolve no contexto psicoterápico pode ou não favorecer o indivíduo.

Se a agência psicoterápica deseja ter como finalidade o benefício ao indivíduo, em detrimento da sua própria manutenção ou de eventuais outras agências que estejam influenciando no seu controle, sua prática deve estar fundamentada na análise funcional. A análise funcional parece promover com mais facilidade os outros tipos de autoconhecimento apontados, como o autoconhecimento das variáveis culturais, o autoconhecimento das regras e autorregas e o autoconhecimento do controle coercitivo. Os desenvolvimentos desses tipos de autoconhecimento estão mais próximos dos repertórios de autocontrole e contracontrole.

### **Considerações Finais**

A investigação desenvolvida sobre a relação entre o autoconhecimento e seu desenvolvimento pelas agências controladoras se apresenta como uma contribuição para os debates teóricos e os desdobramentos práticos que envolvem estes conceitos. A nível teórico, o trabalho colabora com a defesa do Comportamentalismo Radical contra críticas recebidas sobre sua negligência à consciência, liberdade ou individualidade humana (De Rose, 1982; Moreira & Hanna, 2012; Pimentel, Bandini & Melo, 2012; Skinner, 1974/2006). Longe de ignorar esses temas, a argumentação desenvolvida sobre o autoconhecimento como um repertório verbal e social ratifica um espaço para o estudo da subjetividade humana sem que seja necessário um apelo às concepções tradicionais que podem recorrer a um determinismo mental ou ao eu iniciador (Chiesa, 1994/2006; Moreira & Hanna, 2012; Pimentel et al., 2012). O autoconhecimento, nos termos Comportamentalistas propostos, vai na contramão dessas concepções e, ainda, permite denunciar como essas perspectivas podem obscurecer os

determinantes sociais do comportamento. Uma vez obscurecido o olhar sobre os determinantes sociais do comportamento, corre-se o risco de que questões de ordem social e política subjacentes ao comportamento humano sejam ignoradas, ao mesmo tempo que se individualizam problemas que são de ordem social, tais como a responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso na sociedade (Skinner, 1981; Malacrida & Laurenti, 2018).

Tal implicação do conceito de autoconhecimento fundamenta uma afinidade com o debate das agências controladoras. Essa relação se evidencia, por exemplo, no movimento das agências em recorrer justamente às perspectivas tradicionais que obscurecem os determinantes do comportamento e fornecem explicações sobre os fenômenos humanos para, em última análise, produzirem mais vantagens à própria agência. É justamente no âmbito dessa atuação das agências que contingências sociais responsáveis pelo autoconhecimento serão formadas. Logo, há de se falar em um autoconhecimento que é contingente aos contextos sociais nos quais foi desenvolvido. A exploração da noção de tipos e níveis de autoconhecimento e relação de determinadas práticas de controle com tipos específicos de autoconhecimento desenvolvidos é o que pode ser considerado uma das contribuições desta pesquisa no debate.

Assim, ratifica-se o que Skinner (1969/1984) defendeu sobre a ciência do comportamento se dedicar ao estudo da consciência e fornecer subsídios para o ensino de autoconhecimento:

Uma ciência do comportamento não ignora como se diz frequentemente, a consciência. Pelo contrário, ela vai muito além das psicologias mentalistas ao analisar o comportamento autodescritivo. Ela tem sugerido maneiras melhores para ensinar o autoconhecimento e o autocontrole, que depende do autoconhecimento. (p. 245)

Esse ensino do autoconhecimento que Skinner propõe depende do esclarecimento deste conceito e dos processos pelos quais o comportamento de autoconhecimento é desenvolvido. A presente pesquisa procurou seguir justamente por esse caminho de ampliar a compreensão

dos processos envolvidos no autoconhecimento e discriminar as variáveis que estão relacionadas com seu ensino.

Ainda na citação supracitada, é possível reiterar os níveis e tipos de autoconhecimento, já que, ao abordar sobre o autocontrole que depende do autoconhecimento, não se faz referência a qualquer tipo de autoconhecimento. Como argumentado na análise, há descrições sobre o próprio comportamento que, mesmo configurando-se como autoconhecimento, não são descrições que consideram variáveis relevantes que estão governando o próprio comportamento. Logo, há de se falar em tipos de autoconhecimento específicos que promovem o autocontrole.

A nível dos desdobramentos práticos que envolveram essa pesquisa, a compreensão dos processos de desenvolvimento do autoconhecimento e a influência das agências controladoras nesses processos, possibilitam o reconhecimento de problemas de ordem social e injustiças sociais. Isso porque, no âmbito dessa influência, enfatizou-se a tendência das agências em estabelecer um controle nocivo sobre os vulneráveis, de promover práticas normativas de opressão de desigualdades sociais e de excluir indivíduos que se afastam da “norma” instituída pelas agências. Uma vez reconhecido o papel das agências sobre o repertório de autoconhecimento, é justamente o esclarecimento dessas suas tendências de controle nocivo que contribuem para a construção de certos tipos de autoconhecimento que melhor permitem o autocontrole e o contracontrole para o enfrentamento das práticas nocivas.

Por ser um repertório que pode tanto enfraquecer as práticas das agências como fortalecê-las, o autoconhecimento mostra-se como um repertório em disputa. É esse aspecto que também situa o estudo do autoconhecimento em um campo político. Contingências coercitivas e em que há relação de poder desmedido são favorecedoras para o desenvolvimento de tipos de autoconhecimento que não favorecem a liberdade do indivíduo, no sentido skinneriano do termo. Simultaneamente, é com esse mesmo repertório de autoconhecimento

que uma sociedade com menos desigualdade, menos violência e relações mais justas pode ser imaginada.



### Referências Bibliográficas

- Albuquerque, L. C., & Paracampo, C. C. P. (2010). Análise do controle por regras. *Psicologia USP*, 21(2), 253-273. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000200004>
- Neto, E. D. A., & Lettieri, D. (2018). O autoconhecimento na terapia comportamental: Revisão conceitual e recursos terapêuticos como sugestão de intervenção. In A. K. C. R. Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (pp. 162-184). Artmed.
- Bissoli, E. B., Fonseca, C. M., & Sousa, V. P. (2021). A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 16(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v16i2.10110>
- Branco, C. M., & Ferreira, E. A. P. (2006). Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(1), 25-37. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v8i1.17>
- Brandenburg, O. J., & Weber, L. N. D. (2005). Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical. *PsicoUSF*, 10(1), 87-92. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000100011>
- Cassas, F. A., & Luna, S. V. (2018). Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(4), 63-80. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i4.1129>
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: A filosofia e a ciência*. Editora Celeiro. (Trabalho original publicado em 1994)

- Corrêa, B. A., Cantero, C. R., & Melo, C. M. (2014). O papel da comunidade verbal no ensino de autocontrole: Implicações de uma visão dualista de homem. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 5(1), 17-26. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v5i1.123>
- Dittrich, A., Todorov, J. C., Martone, R. C., Machado, V. L S., (2013). Agências de controle. In M. B Moreira (Org.), *Comportamento e práticas culturais* (Cap. 10, pp. 137-167). Instituto Walden4.
- Ferreira, T. A. S., Santos, F. M. S.; Matos, J. P. A., Moura, M. C. B. L. & Rodrigues, S. S. (2017). Qual o objetivo da análise do comportamento clínica? *Acta Comportamentalia*, 25(3), 395-410. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274552568007.pdf>
- Ferreira, T. A., & Souza, M. M. (2019). Considerações éticas sobre a natureza das evidências nas terapias analítico-comportamentais. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(1), 16-26. <https://doi.org/10.18761/PAC.TAC.2019.012>
- Ferreira, T. A., Matos, J. P. A., Souza, M. M., & Silva Rodrigues, S. (2022). Medicalização da vida e análise clínica do comportamento. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 30(1), 73-87. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://www.redalyc.org/journal/2745/274570459004/274570459004.pdf>
- Flores, C. R., Jr (2021). *Possibilidades para uma ciência do comportamento própria: entre a subversão e o ajustamento social*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina: <https://www.uel.br/pos/pgac/wpcontent/uploads/biblioteca/Dissertacao%20Candido%20Rocha%20Flores%20Junior>
- Flores, C. R., Jr., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4), 527-544. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://www.redalyc.org/journal/2745/274561551008/274561551008.pdf>

- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Gouveia, M., Porfirio, F., Silva, J. M., Ocalxuk, L., & Ingberman, Y. K. (2017). Procedimento de bloqueio de respostas de esquivas e aumento da tolerância emocional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(2), 24-41.  
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i2.1031>
- Guilhardi, H. J. (1999). Com que contingências o terapeuta trabalha em sua atuação clínica? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 44-59). ARBytes.
- Guilhardi, H. J. (2015). *Contingências de reforçamento matriciais*. Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento. Recuperado Outubro 8, 2019, em <http://www.itrcampinas.com.br/txt/matriciais.pdf>
- Guilhardi, H. J. (2018). Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(2).  
<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i2.7537>
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia analítica funcional: Criando relações terapêuticas intensas e curativas*. ESETec. (Trabalho original publicado em 1996)
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 25-40.  
<https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Levatti, G. E., Victuri, A. A., Garcia, V. A., & Bolsoni-Silva, A. T. (2018). Terapia analítico-comportamental para mulheres com ansiedade e depressão: Comportamentos e procedimentos na interação terapêutica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(2), 164-182. <https://doi.org/10.18761/PAC.2018.N2.02>

- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hogrefe.
- Malacrida, G. P., & Laurenti, C. (2018). Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(1).  
<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7160>
- Marçal, J. V. S. (2004). O auto-conhecimento no behaviorismo radical de Skinner, na filosofia de Gilbert Ryle e suas diferenças com a filosofia tradicional apoiada no senso comum. *Universitas: Ciências da Saúde*, 2(1), 101-109.  
<https://doi.org/10.5102/ucs.v2i1.526>
- Marçal, J. V. S. (2005). Estabelecendo objetivos na prática clínica: quais caminhos seguir? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(2), 231-246.  
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v7i2.32>
- Medeiros, C. A. (2010). Comportamento governado por regras na clínica comportamental: Algumas considerações. In A. K. C. R. Farias (Org.), *Análise comportamental clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 95-111). ArtMed.
- Micheletto, N., & Sério, T. M. A. P. (1993). Homem: Objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, 2, 11-22. Recuperado Dezembro 30, 2023, em [https://itrcampinas.com.br/pdf/outros/Homem\\_objeto\\_ou\\_sujeito\\_para\\_Skinner\\_Nilza\\_e\\_Teia.pdf](https://itrcampinas.com.br/pdf/outros/Homem_objeto_ou_sujeito_para_Skinner_Nilza_e_Teia.pdf)
- Moreira, M. B., & Hanna, E. S. (2012). Bases filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. In M. M. C. Hüber, & M. B. Moreira, *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 1-19). Guanabara Koogan.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. Editora WMF Martins Fontes.

- Oliveira, B. F. (2017). *Autoconhecimento: Contribuições para o repertório comportamental*. Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento.
- Paula, W. F., & Laurenti, C. (2020). Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *11*(1), 017-031. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.02>
- Pereira, D. C., Camargo, V. S., & Aoyama, P. C. N. (2018). Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *20*(2), 10-25. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i2.1026>
- Peron, F., & Silveira, J. M. (2013). Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *15*(1), 20-35. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v15i1.564>
- Pimentel, N. D. S., Bandini, C. S. M., & Melo, C. M. D. (2012). Compreendendo o abandono do "eu iniciador" em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: Questões teóricas e consequências práticas. *Acta Comportamentalia*, *20*(2), 217-233.
- Pitanga, A. V., & Vandenberghe, L. (2017). Possibilidades da análise dos sonhos na terapia comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *1*(2), 86-92. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v1i2.29>
- Rocha, G. V. M., Ingberman, Y. K., & Breus, B. (2011). Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *13*(1), 87-106. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v13i1.429>
- Rose, J. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical. In B. Prado Jr., *Filosofia e comportamento* (pp. 67-91). Brasiliense.

- Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24(2), 201-220. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274545739006.pdf>
- Rose, J. C. C., Bezerra, M. S. L., & Lizarin, T. (2012). Consciência e autoconhecimento. In M. M. C. Hübner, & M. B. Moreira (Eds.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 188 – 207). Grupo Gen-Guanabara Koogan.
- Santos, E. A. P., Garbelotti, C. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 61-72. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.845>
- Santos, J. V., & Canaan, S. (2008). Análise exploratória do comportamento verbal interpretativo de uma cliente adulta no contexto clínico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(2), 193-208. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v10i2.188>
- Sério, T. M. A. P. (1997). A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: Onde está o problema? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (Vol. 1, pp. 209-216). ARBytes.
- Sério, T. M. A. P., Andery, M. A., Micheletto, N., & Gioia, P. S. (2004) Discriminação e generalização: Comportamento humano complexo. In T. M. A. P. Sério, M. A. Andery, N. Micheletto, & P. S. Gioia (Orgs.), *Controle de estímulos e comportamento operante: uma introdução* (pp. 53-80). EDUC.
- Silva, A. D. P. A., & Medeiros, C. A. (2019). Efeitos de regras e autorregras nos relatos de mudança comportamental na terapia analítica comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(1), 157-174. <https://doi.org/10.18761/PAC.TAC.2019.013>
- Silva, K. S. & Bravin, A. A. (2018). O mundo encoberto de cada um: técnicas que auxiliam o autoconhecimento. In A. K. C. R. de-Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (pp. 64-84). Artmed.

- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://userpages.umbc.edu/~catania/ABACNJ/Pages%20from%20BBS%20BFS%204%20terms.pdf>
- Skinner, B. F. (1972). *Tecnologia do ensino*. EPU. (Trabalho original publicado em 1968)
- Skinner, B. F. (1973). *O mito da liberdade* (L. Goulart & MLF Goulart, Trans.). Bloch. (Originalmente publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>
- Skinner, B. F. (1984). *Contingências de reforço: uma análise teórica* (Os pensadores, R. Moreno, Trad.). Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1969)
- Skinner, B. F. (1995). *Questões recentes na análise comportamental* (2a ed.). Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (11a ed.). (J.C. Todorov, & R. Azzi, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo* (10a ed., M. P. Villalobos, Trad.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (2010). A psicologia pode ser uma ciência da mente? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 6(1), 111-119. (Trabalho original publicado em 1990) <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v6i1.997>
- Souza, F. H. S. (2018). *Uma análise conceitual das agências controladoras e sua relação com a sobrevivência das culturas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Londrina: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000222841>
- Souza, J. (2020). *A ralé brasileira: quem é e como vive* (3a ed.). Contracorrente.

- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Souza, V. B., Orti, N. P., & Bolsoni-Silva, A. T. (2012). Role-playing como estratégia facilitadora da análise funcional em contexto clínico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3), 102-122. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v14i3.551>
- Todorov, J. C. (2020). *Comportamento e cultura: Análise de interações* (pp. 11-15). Technopolitik.
- Tourinho, E. Z. (1995). *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B.F. Skinner*. Editora Universitária UFPA.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. Paradigma. Universidade Estadual Paulista. (2015). *Tipos de revisão de literatura*.
- Zanuto, J. O., & Laurenti, C. (2021). Contribuições políticas da análise feminista do amor romântico para a discussão analítico-comportamental dos sentimentos. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(1), 159–176. Recuperado Dezembro 30, 2023, em <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/823>
- Zin, G., Gama, V. D., & Reis, M. D. J. D. (2022). Self e transgeneridade: Contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 7-24. <https://doi.org/10.18761/DH000167.set21>



## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A**

Lista de e textos descartados pelo não funcionamento do comando de busca

---

**ACTA COMPORTAMENTALIA**


---

Vol. 1 No. 1	Vol. 1 No. 2	Vol. 2 No. 1	Vol. 2 No. 2
Vol. 3 No. 1	Vol. 3 No. 2	Vol. 3 No. 3	Vol. 4 No. 1
Vol. 4 No. 2	Vol. 5 No. 1	Vol. 5 No. 2	Vol. 6 No. 1
Vol. 6 No. 2	Vol. 6 No. 3	Vol. 7 No. 1	Vol. 7 No. 2
Vol. 8 No. 1	Vol. 8 No. 2	Vol. 9 No. 1	Vol. 9 No. 2
Vol. 9 No. 3	Vol. 10 No. 1	Vol. 10 No. 2	Vol. 11 No. 1
Vol. 11 No. 2	Vol. 12 No. 1	Vol. 12 No. 2	Vol. 12 No. 3
Vol. 13 No. 1	Vol. 13 No. 2	Vol. 14 No. 1	Vol. 14 No. 2
Vol. 15 No. 1	Vol. 15 No. 2	Vol. 15 No. 3	Vol. 16 No. 1

**RBTC**


---

v. 6 n. 1 (2004)
**REBAC**


---

v. 1, n. 2 (2005)

---

## APÊNDICE B

Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico *Acta Comportamentalia*

<b>Acta Comportamentalia</b>	
<b>Revista</b>	<b>“autoconhecimento”</b>
Vol. 19 No. 2	1) Potencialidades e dificuldades interpessoais de universitários: estudo de caracterização
Vol. 20 No. 2 (2012)	2) Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas  3) B. F. Skinner e a modernidade: Notas a partir de uma comparação com M. Foucault
Vol. 20 No. 3 (2012)	4) Automonitoramento e adesão a dois tipos de regras nutricionais em adultos com diabetes Tipo 2
Vol 23, No 2 (2015)	5) Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Terapia comportamental: um estudo de caso
Vol 24, No 1 (2016)	6) Comparação de duas intervenções no tratamento de um casal: O treino do comportamento vulnerável à punição
Vol 24, No 2 (2016)	7) A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura  8) El análisis de la conducta: ¿Cruza de especies o ejemplar transdisciplinario?
Vol 25, No 1 (2017)	9) Estrutura das sessões de uma intervenção analítico-comportamental em grupo para pessoas diagnosticadas com transtorno bipolar
Vol 25, No 3 (2017)	10) Qual o Objetivo da Análise do Comportamento Clínica?
Vol 27, No 1 (2019)	11) Uma interpretação relacional da noção de atividade no comportamentalismo radical

---

Vol 27, No 2 (2019)	12) O lugar das variantes linguísticas no Treinamento de Habilidades Sociais
	13) Contribuições da Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) no tratamento do Transtorno por Uso de Substâncias (TUS)
Vol 27, No 3 (2019)	14) Automonitoria na competência social: Análise das classes e indicadores comportamentais
Vol 27, No 4 (2019)	15) Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento
Vol 28, No 3 (2020)	16) Análise da compreensão da ironia: variáveis que controlam o comportamento do ouvinte
	17) Do behaviorismo radical ao ecletismo teórico: A recepção da Terapia Comportamental em Belo Horizonte (Brasil)
Vol 29, No 1 (2021)	18) Assertividade: Um Olhar a Partir da Análise Comportamental
Vol 29, No 2 (2021)	19) Valores Feministas na Clínica Comportamental: Reflexões Baseadas em Bell Hooks
Vol 29, No 3 (2021)	20) Efeitos da Terapia analítico-comportamental e de uma cartilha na identificação de interações abusivas
	21) Efeitos de instrução e de automonitoramento no seguimento de regras ao tratamento do diabetes Tipo 1
Vol 30, No 1 (2022)	22) Medicalização da vida e análise clínica do comportamento
	23) Terapia Analítico-Comportamental: reflexões sobre a sistematização de uma prática
Vol 30, No 2 (2022)	24) Análise funcional da norma técnica uniformizadora dos centros de referência da mulher
Vol 30, No 3 (2022)	25) Efeitos de um programa parental em mães de crianças com problemas comportamentais

## APÊNDICE C

Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico *Perspectivas em Análise do Comportamento*

<b>Perspectivas em Análise do Comportamento</b>	
<b>Revista</b>	<b>“autoconhecimento”</b>
v. 1 n. 1 (2010)	1) Terapeutas analítico-comportamentais e redes sociais
v. 1 n. 2 (2010)	2) Possibilidades da análise dos sonhos na terapia comportamental
v. 2 n. 1 (2011)	3) Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder
v. 3 n. 1 (2012)	4) O uso do treino de habilidades sociais em pessoas com fobia social na terapia comportamental
v. 4 n. 2 (2013)	5) A produção de regras através de brincadeiras em um atendimento clínico comportamental infantil  6) Análise comportamental de um discurso de autoajuda
v. 5 n. 1 (2014)	7) O Papel da Comunidade Verbal no Ensino de Autocontrole: Implicações de Uma Visão Dualista de Homem
v. 6 n. 1 (2015)	8) Análise da interação terapeuta-cliente em sessões iniciais de atendimento
v. 6 n. 2 (2015)	9) O lugar da terapia analítico-comportamental no cenário internacional das terapias comportamentais: um panorama histórico
v. 7 n. 2 (2016)	10) Relato de Terapeutas sobre o Impacto da Autorrevelação
v. 8 n. 1 (2017)	11) Aplicação do Sistema Multidimensional de Categorização de Comportamentos em sessões de coaching  12) Análise Sequencial dos comportamentos do terapeuta em psicoterapia com universitários com transtorno de ansiedade social  13) Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer
v. 9 n. 1 (2018)	14) Interpretação Ambiental à luz dos princípios da Análise do Comportamento: contribuições para Educação Ambiental

---

v. 9 n. 2 (2018)	15) Terapia analítico-comportamental para mulheres com ansiedade e depressão: comportamentos e procedimentos na interação terapêutica  16) Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário
v. 10 n. 1 (2019)	17) Possibilidades analítico-comportamentais para a análise e investigação dos Transtornos de Personalidade  18) Instrumentos de avaliação na pesquisa e na prática clínica: questões relevantes para a produção de evidências na TAC  19) Considerações Éticas sobre a Natureza das Evidências nas Terapias Analítico-Comportamentais  20) Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental  21) O brincar como instrumento facilitador para o relato de eventos privados relacionados à hospitalização
v. 10 n. 2 (2019)	22) Entendendo a espiritualidade  23) Terapia Comportamental Infantil: um panorama sobre o uso de estratégias lúdicas
v. 11 n. 1 (2020)	24) Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade  25) “Socorro! Meu Filho Come Mal”: uma análise do comportamento alimentar infantil
v. 12 n. 1 (2021)	26) Clinical functional analysis and the process of change
v. 12 n. 2 (2021)	27) Terapia familiar Analítico-Comportamental para Anorexia Nervosa na adolescência: estudo de caso
v. 13 n. 1 (2022)	28) Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios  29) Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários  30) Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: Em direção a uma prática culturalmente sensível  31) Direitos humanos: Por que analistas do comportamento deveriam se importar?  32) Bia: Um Aplicativo de Redução de Danos Analítico-Comportamental

## APÊNDICE D

Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva

<b>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</b>	
<b>Revista</b>	<b>“autoconhecimento”</b>
v. 5 n. 1 (2003)	1) Terapia: sofrimento necessário?
v. 7 n. 1 (2005)	2) Exibicionismo e procedimentos baseados na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT): Um relato de caso  3) Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical
v. 8 n. 1 (2006)	4) Avaliação de duas condições de treino de categorizadores de verbalizações de terapeutas  5) Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais
v. 9 n. 1 (2007)	6) O fantasiar como recurso na clínica comportamental infantil
v. 10 n. 2 (2008)	7) Análise exploratória do comportamento verbal interpretativo de uma cliente adulta no contexto clínico
v. 11 n. 2 (2009)	8) Terapia infantil e treino de pais em um caso de agressividade.  9) O efeito de contingências de reforçamento programadas sobre o relato de eventos privados.
v. 12 n. 1/2 (2010)	10) Uma análise dos relatos sobre estados emocionais e motivacionais na evolução de um caso clínico.
v. 13 n. 1 (2011)	11) Consciência verbal, não-verbal e fenomênica: uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical.  12) Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.
v. 13 n. 2 (2011)	13) O surgimento de diferentes denominações para a Terapia Comportamental no Brasil

---

v. 14 n. 1 (2012)	14) O contexto da supervisão grupal: ambiente para formação de terapeutas e de supervisores
v. 14 n. 3 (2012)	15) Role-playing como estratégia facilitadora da análise funcional em contexto clínico
v. 15 n. 1 (2013)	16) Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica
v. 15 n. 2 (2013)	17) B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual
v. 16 n. 2 (2014)	18) Behaviorismo Radical e Materialismo Eliminativo: uma crítica ao mentalismo 19) Dor Crônica e Terapia de Aceitação e Compromisso: um Caso Clínico
v. 16 n. 3 (2014)	20) Relato de um caso de Transtorno Obsessivo-Compulsivo infantil à luz da Análise do Comportamento 21) O self e comportamentos autodirigidos: Revisão da literatura de estudos de caso brasileiros em Terapia Analítico-Comportamental Infantil
v. 17 n. 2 (2015)	22) Terapia de Aceitação e Compromisso (act) e cinema: proposta de intervenção a partir de “Frozen” “Parcialmente Nublado/Partly Cloudy”
v. 18 n. 1 (2016)	23) Psicocardiologia: análise de aspectos relacionados à prevenção e ao tratamento de doenças cardiovasculares
v. 18 n. 3 (2016)	24) Valores sob a perspectiva analítico-comportamental: da teoria à prática clínica
v. 18 n. esp. (2016)	25) Cenário de uma revolução psicológica 26) O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira
v. 19 n. 2 (2017)	27) Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional
v. 19 n. 3 (2017)	28) Comparação entre os conceitos de self na FAP, na ACT e na obra de Skinner 29) A tarefa de casa na Psicoterapia Analítica Funcional 30) Reflexões sobre Terapia Analítico-Comportamental Infantil e Psicoterapia Analítica Funcional com crianças
v. 20 n. 1 (2018)	31) Interação terapêutica e comportamento verbal em uma compreensão analítico-comportamental
v. 20 n. 2 (2018)	32) Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático
v. 20 n. 4 (2018)	33) Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster

---



---

v. 21 n. 2 (2019)	34) Análise do comportamento para além do rótulo de ciência natural
v. 21 n.3 esp (2019)	35) Criatividade para Skinner como um Comportamento Complexo Encadeado: Semelhanças e Diferenças com Resolução de Problemas, Autocontrole, Tomada de Decisão e Recordar
v. 21 n. 4 (2019)	36) Ensino de terapia analítico-comportamental: uma revisão sistemática da literatura
v. 24 (2022)	37) Relato Clínico em Terapia Analítico-Comportamental: Depressão, ansiedade e altas habilidades/superdotação

## APÊNDICE E

Tabela com a indicação dos textos que apresentam citação do termo “autoconhecimento” no periódico Revista Brasileira de Análise do Comportamento

<b>Revista Brasileira de Análise do Comportamento</b>	
<b>Revista</b>	<b>“autoconhecimento”</b>
v. 2, n. 1 (2006)	1) O lado humano do comportamento animal
v. 5, n. 1 (2009)	2) Tradução behaviorista do conceito jamesiano de eu
v. 13, n. 2 (2017)	3) Intervenções comportamentais para o transtorno de escuriação: revisão de artigos publicados em periódicos de saúde
	4) Eventos comportamentais privados
v. 14, n. 1 (2018)	5) Uma análise do conceito de “eu” nos textos de b. F. Skinner
v. 14, n. 2 (2018)	6) Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre
	7) Adequabilidade, eficácia, subprodutos e (não) prescrição da punição em B. F. Skinner (1930-1990)
v. 16, n. 2 (2020)	8) A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível
v. 18, n. 1 (2022)	9) Liderança Administrativa e Política na Universidade de Brasília

## APÊNDICE F

Tabela geral com indicação do nome do texto, periódico, ano, número, volume e quantidade de ocorrências do termo “autoconhecimento”

Título do artigo	Revista	v,n,ano	autoconhecimento
Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster	RBTCC	v. 20 n. 4 (2018)	5
Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	3
Qual o Objetivo da Análise do Comportamento Clínica?	Acta Comportamental ia	Vol 25 No 3 (2017)	27
Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional	RBTCC	v. 19 n. 2 (2017)	1
Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica	RBTCC	v. 15 n. 1 (2013)	3
A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível	REBAC	v. 16, n. 2 (2020)	9
Considerações Éticas sobre a Natureza das Evidências nas Terapias Analítico-Comportamentais	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	2
Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais	RBTCC	v. 8 n. 1 (2006)	2
Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder	Perspectivas	v. 2 n. 1 (2011)	1
Medicalização da vida e análise alínica do comportamento	Acta Comportamental ia	Vol 30 No 1 (2022)	15
Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	2
Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	1
O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira	RBTCC	v. 18 n. esp. (2016)	2

Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático	RBTCC	v. 20 n. 2 (2018)	1
Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.	RBTCC	v. 13 n. 1 (2011)	4
Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento	Acta Comportamental ia	Vol 27 No 4 (2019)	3
Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	1
Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner	REBAC	v. 14, n. 1 (2018)	14
Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas	Acta Comportamental ia	Vol. 20 No. 2 (2012)	5
A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura	Acta Comportamental ia	Vol 24 No 2 (2016)	3
Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical	RBTCC	v. 7 n. 1 (2005)	3
Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade	Perspectivas	v. 11 n. 1 (2020)	5

## APÊNDICE G

Tabela geral com indicação do nome do texto, periódico, ano, número, volume e quantidade de ocorrências dos termos “autoconhecimento” e “agên/agen”

Título do artigo	Revista	v,n,ano	autoconhecimento	agen/agên
Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster	RBTCC	v. 20 n. 4 (2018)	5	8
Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	3	1
Qual o Objetivo da Análise do Comportamento Clínica?	Acta Comportament alia	Vol 25 No 3 (2017)	27	1
Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional	RBTCC	v. 19 n. 2 (2017)	1	2
Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica	RBTCC	v. 15 n. 1 (2013)	3	3
A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível	REBAC	v. 16, n. 2 (2020)	9	28
Considerações Éticas sobre a Natureza das Evidências nas Terapias Analítico-Comportamentais	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	2	7
Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais	RBTCC	v. 8 n. 1 (2006)	2	1
Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder	Perspectivas	v. 2 n. 1 (2011)	1	1
Medicalização da vida e análise alínica do comportamento	Acta Comportament alia	Vol 30 No 1 (2022)	15	1
Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	2	22
Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	1	8

O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira	RBTCC	v. 18 n. esp. (2016)	2	6
Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático	RBTCC	v. 20 n. 2 (2018)	1	1
Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.	RBTCC	v. 13 n. 1 (2011)	4	1
Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento	Acta Comportament alia	Vol 27 No 4 (2019)	3	2
Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	1	5
Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner	REBAC	v. 14, n. 1 (2018)	14	2
Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas	Acta Comportament alia	Vol. 20 No. 2 (2012)	5	4
A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura	Acta Comportament alia	Vol 24 No 2 (2016)	3	1
Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical	RBTCC	v. 7 n. 1 (2005)	3	3
Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade	Perspectivas	v. 11 n. 1 (2020)	5	2

## APÊNDICE H

Tabela com a indicação do título do texto e o motivo da inclusão ou exclusão dos artigos que mencionaram apenas uma vez “autoconhecimento”

<b>Título do artigo</b>	<b>Revista</b>	<b>v,n,ano</b>	<b>Inclusão/exclusão do artigo</b>
Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	Incluso. A única aparição da palavra é seguida de uma definição. Está em um parágrafo em que se aborda o identificação, análise, nomeação e descrição da tríplice contingência. Além disso, a comunidade verbal é mencionada.
Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	Incluso. O parágrafo em que o termo se encontra é seguido de considerações sobre a percepção da realidade social por cada pessoa. O autoconhecimento parece se referir a forma com que os brasileiros conhecem sua realidade. No mesmo parágrafo é citado família, mídia, instituições e práticas culturais.
Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional	RBTC	v. 19 n. 2 (2017)	Excluído. É discutido sobre a esquiva. Quando o indivíduo evita entrar em contato com situações e eventos privados aversivos, perdem-se os benefícios do autoconhecimento e o contato com reforçadores positivos.
Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático	RBTC	v. 20 n. 2 (2018)	Incluso. Há uma definição fundamentada em Skinner (1978) sobre autoconhecimento e relaciona-se este repertório com o contexto coercitivo que algumas mulheres vivem.
Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder	Perspectivas	v. 2 n. 1 (2011)	Incluso. Há uma definição de autoconhecimento e uma breve descrição de como o terapeuta se relaciona com o cliente.
Direitos humanos: Por que analistas do comportamento deveriam se importar?	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	Excluído. A única aparição do termo sinaliza que a falta de autoconhecimento parece representar uma postura de equívoco de reconhecer falhas morais, limitações e imperfeições nos outros e não em si mesmo. Não é esse sentido do termo que se busca na pesquisa.
Uma interpretação relacional da noção de	Acta Comportamental	Vol 27 No 1 (2019)	Excluído. O termo aparece em uma citação de Skinner (1953) em que se

atividade no comportamentalismo radical			aborda sobre o autocontrole. Não é apresentada nenhuma definição específica do termo, nem menções às agências no parágrafo anterior e seguinte.
Adequabilidade, eficácia, subprodutos e (não) prescrição da punição em B. F. Skinner (1930-1990)	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	Excluído. O termo surge em um parágrafo que o autor comenta sobre a punição. Cita o estudo de Santos (2017) para ilustrar em quais tópicos da obra de Skinner a discussão sobre punição tem alguma relevância: autocontrole, tomada de decisão, resolução de problemas, e autoconhecimento; dinamismos Freudianos e “traços” de personalidade; controle pessoal e controle pelo grupo (agências); treinamento ético, cultura e planejamento cultural; problema do controle e contracontrole; liberdade, dignidade e responsabilidade; punição no comportamento verbal; punição e educação).
Acompanhamento Terapêutico e Análise do Comportamento: Avanços e problemáticas nas definições deste fazer	Perspectivas	v. 8 n. 1 (2017)	Excluído. O termo aparece em um parágrafo que discute sobre o surgimento da Terapia Comportamental. O autor argumenta que, em detrimento dos procedimentos de modificação do comportamento, a Terapia Comportamental foca na análise funcional como ferramenta de análise, na utilização de contingências artificiais, no autoconhecimento no setting terapêutico.
Uma análise de relatos verbais de alunas sobre situações de assédio sexual no contexto universitário	Perspectivas	v. 9 n. 2 (2018)	Excluído. O termo aparece nas considerações finais do artigo em um contexto de apreciar criticamente as limitações do próprio texto. O estudo utilizou observação indireta no método e aponta que este formato depende do autoconhecimento das participantes, em detrimento da observação direta.
Valores Feministas na Clínica Comportamental: Reflexões Baseadas em Bell Hooks	Acta Comportamental	Vol 29 No 2 (2021)	Excluído. O termo aparece em uma discussão sobre os valores do cliente e do terapeuta. Argumenta-se que cabe ao terapeuta prezar pelo autoconhecimento e pelo Código de Ética para que sua influência não recaia em uma reprodução dos seus valores individuais e culturais sobre o comportamento do cliente. Não é citado nenhuma definição e maiores explicações sobre o termo.
Avaliação de duas condições de treino de categorizadores de	RBTCC	v. 8 n. 1 (2006)	Excluído. No primeiro parágrafo do texto o autor situa o campo da psicologia e o define, entre outras coisas, como



verbalizações de terapeutas			uma profissão de ajuda. Neste seu segmento, aparece a psicoterapia cujo objetivo é desenvolver habilidades relacionadas ao autoconhecimento e autocontrole. Não há maiores esclarecimentos do termo.
O contexto da supervisão grupal: ambiente para formação de terapeutas e de supervisores	RBTCC	v. 14 n. 1 (2012)	Excluído. Discute-se sobre o objetivo do terapeuta e o de um supervisor-aprendiz. Em relação ao primeiro, afirma-se que este deve ensinar o cliente a identificar e manipular as variáveis que controlam seu comportamento, e define isso como autoconhecimento e autocontrole.
Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: Em direção a uma prática culturalmente sensível	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	Excluído. No parágrafo em que o termo aparece é citado um artigo que apresenta um aplicativo de Redução de Danos e, dentre seus objetivos, a busca de autoconhecimento é citado. Não há outras explicações, definições e maiores ocorrências do termo.
O lugar das variantes linguísticas no Treinamento de Habilidades Sociais	Acta Comportamental	Vol 27 No 2 (2019)	Excluído. No parágrafo em que o termo aparece é apresentado os requisitos da competência social, propostos por Del Prette e Del Prette (2017). O autoconhecimento é citado como um desses requisitos. Não há definições e maiores explicações do termo.

## APÊNDICE I

Tabela com a lista de palavras que não foram consideradas na contagem de agên/agen e o título dos respectivos textos em que elas se encontram

Título do artigo	Revista	v,n,ano	agen/agên	Palavras encontras, mas não consideradas na contagem
A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível	REBAC	v. 16, n. 2 (2020)	28	vantagens; agente infeccioso, agency; brasileira; leitura;
Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	22	autogoverno; Leibowitz; brasileiro; idade escolar;
Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster	RBTCC	v. 20 n. 4 (2018)	8	agenda; leigo; leigo; brasileira; brasileiros; leitura
Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	8	viagens; malandragens; governado por regras; governa seus comportamentos; desleixado; leis naturais; leis formuladas pela ciência; leis do condicionamento; educational
Considerações Éticas sobre a Natureza das Evidências nas Terapias Analítico-Comportamentais	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	7	agenda; brasileira;
O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira	RBTCC	v. 18 n. esp. (2016)	6	agentes internos; brasileira;
Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	5	vantagens; leitor; lei da gravitação universal; brasileira; brasileiro;
Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas	Acta Comportamental	Vol. 20 No. 2 (2012)	4	agente interno; tornando-se agente em seu comportamento; que governa as ações humanas; autogoverno; leis mecânicas; leitura; leis científicas;
Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical	RBTCC	v. 7 n. 1 (2005)	3	abordagens; imagens, aprendizagens; agente iniciador; força ou agência causal;

				autogoverno; governado por regras; leis da ciência; leitor; Leibniz;
Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica	RBTCC	v. 15 n. 1 (2013)	3	brasileira; brasileiro; leigos; esculturas
Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner	REBAC	v. 14, n. 1 (2018)	2	agente iniciador; initiating agent; autonomous agent; inner agent; agency; autogoverno
Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade	Perspectivas	v. 11 n. 1 (2020)	2	autogovernar-se; autogovernar; leis da natureza; descolado;
Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento	Acta Comportamental	Vol 27 No 4 (2019)	2	visão do sujeito como um agente criador independente; leitura; brasileiro;
Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional	RBTCC	v. 19 n. 2 (2017)	2	leitura;
Qual o Objetivo da Análise do Comportamento Clínica?	Acta Comportamental	Vol 25 No 3 (2017)	1	abordagens; brasileira;
Medicalização da vida e análise alínea do comportamento	Acta Comportamental	Vol 30 No 1 (2022)	1	brasileiro;
Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.	RBTCC	v. 13 n. 1 (2011)	1	agendadas; tabuleiro; brasileira; leitura; pré-escolares
Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	1	agências de emprego; porcentagens; abordagens; governado por regras; leite, leitura; clínica escola; material escolar;
A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura	Acta Comportamental	Vol 24 No 2 (2016)	1	imagens; formular regras que podem governar o comportamento; brasileiro; leia; brasileira; eleitoral; leituras;
Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais	RBTCC	v. 8 n. 1 (2006)	1	governado por regras; governed; leitura; educação física;
Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático	RBTCC	v. 20 n. 2 (2018)	1	falei;

---

Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder	Perspectivas	v. 2 n. 1 (2011)	1	leitor; brasileira; leitura; leia; economia de fichas;
--	--------------	------------------	---	--

## APÊNDICE J

Tabela com a apresentação final dos textos selecionados para a análise, com a indicação do título do texto, periódico, número, ano, volume, quantidade de citações do termo “autoconhecimento” e quantidade de citações dos termos “agên/agen

Título do artigo	Revista	v,n,ano	autoconhecimento	agen/agen
Qual o Objetivo da Análise do Comportamento Clínica?	Acta Comportamentalia	Vol 25 No 3 (2017)	27	1
Medicalização da vida e análise alínica do comportamento	Acta Comportamentalia	Vol 30 No 1 (2022)	15	1
Uma análise do conceito de “eu” nos textos de B. F. Skinner	REBAC	v. 14, n. 1 (2018)	14	2
A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível	REBAC	v. 16, n. 2 (2020)	9	28
Aspectos históricos da terapia analítico-comportamental a partir da contribuição de Skinner e Ferster	RBTCC	v. 20 n. 4 (2018)	5	8
Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas	Acta Comportamentalia	Vol. 20 No. 2 (2012)	5	4
Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade	Perspectivas	v. 11 n. 1 (2020)	5	2
Análise da relação entre práticas parentais e o autoconceito de pré-escolares.	RBTCC	v. 13 n. 1 (2011)	4	1
Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	3	1
Efeitos de uma atividade de fantasia em medidas da interação terapêutica	RBTCC	v. 15 n. 1 (2013)	3	3
Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento	Acta Comportamentalia	Vol 27 No 4 (2019)	3	2

A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura	Acta Comportamentalia	Vol 24 No 2 (2016)	3	1
Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical	RBTCC	v. 7 n. 1 (2005)	3	3
Considerações Éticas sobre a Natureza das Evidências nas Terapias Analítico-Comportamentais	Perspectivas	v. 10 n. 1 (2019)	2	7
Descrição do atendimento de uma criança com déficit em habilidades sociais	RBTCC	v. 8 n. 1 (2006)	2	1
Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	2	22
O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira	RBTCC	v. 18 n. esp. (2016)	2	6
Procedimento de bloqueio de respostas de esquiva e aumento da tolerância emocional	RBTCC	v. 19 n. 2 (2017)	1	2
Treino didático de análise de contingências e previsão de intervenções sobre as consequências do responder	Perspectivas	v. 2 n. 1 (2011)	1	1
Mais do bom não faz bem: problemas do reforço livre	REBAC	v. 14, n. 2 (2018)	1	8
Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático	RBTCC	v. 20 n. 2 (2018)	1	1
Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios	Perspectivas	v. 13 n. 1 (2022)	1	5